

---N.º 9/2023 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

---Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão Nobre da Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2023, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2024:-----

---DOIS PONTO UM - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,34% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA;-----

---DOIS PONTO DOIS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

---DOIS PONTO TRÊS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO

A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO; -----

---DOIS PONTO QUATRO - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO;-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE:-----

---TRÊS PONTO UM - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2023;

---TRÊS PONTO DOIS - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO;-----

---TRÊS PONTO TRÊS - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2023, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;-----

---QUARTO PONTO - APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE

VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2024. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2024, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2024 E PROPOSTA ANEXA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo, e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia Silva Ferreira, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----**FALTA JUSTIFICADA**-----

---AVELINO FREITAS SILVA-----

---BEATRIZ SILVA ABREU SOUSA-----**RENUNCIOU AO MANDATO**-----

---BERNARDINO GOMES MARTINS-----**FALTA JUSTIFICADA**-----

---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----

---CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO -----

---CARLA PATRÍCIA RODRIGUES VIEIRA-----

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----

Assembleia Municipal

---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
---ELISA MARIA DOMINGUES COSTA -----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----**FALTA JUSTIFICADA**-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO-----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ JOAQUIM DE SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JOSÉ MANUEL CARVALHO FARIA -----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----

Assembleia Municipal



---LAURINDA DA COSTA MACIEL-----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA SILVA-----
---LUÍS MANUEL FERREIRA BARREIRAS-----
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL LIMA SOARES-----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
---MARIA ISABEL CUNHA FREITAS SILVA-----
---MÓNICA ANDREIA M. AZEVEDO FARIA-----
---PAULA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA MARTINS-----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----
---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----
---PEDRO TIAGO DA SILVA OLIVEIRA-----
---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----
---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----
---RUI MANUEL MATOS CARVALHO-----
---RUI MIGUEL PEREIRA SANTOS-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão:-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -**

Vamos votar agora a ata de 24 de abril de 2023. -----

**---POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS
MIL E VINTE E TRÊS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----**

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Quería comunicar a todos os Senhores Deputados que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal um abaixo-assinado com várias dezenas de assinaturas de residentes e trabalhadores na Avenida Fernando Carneiro Minho, Rua do Bairro Nova, Quinta da Ponte, relacionada com uma indústria de transformação de pedras. Eu queria comunicar aos líderes municipais que este documento ficará para arquivo, para os líderes municipais que o queiram consultar, nos serviços da Assembleia Municipal. -----

---Quería também comunicar que renunciou ao mandato a Deputada Municipal Beatriz Silva Abreu de Sousa, eleita na lista da coligação PSD/CDS-PP e, em substituição, entra a Deputada Ana Isabel Mendanha de Carvalho. -----

-----**---ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -**

Entrando agora no período de Antes da Ordem do Dia, queria dizer aos Senhores Deputados que deram entrada: -----

- Um Voto de Recomendação do CDS;-----

---Um Voto de Protesto do Chega;-----

---Uma Proposta de Congratulação do Chega;-----

---Um Voto de Saudação do Chega;-----

---Um Voto de Congratulação do PS;-----

---Um outro Voto de Congratulação do PS;-----

---Uma Moção do Dia Internacional da Mulher, entregue pela CDU;-----

---Eu vou pedir que, por esta ordem, sejam feitas as apresentações destes votos, começando pelo CDS.-----

---JOÃO NASCIMENTO (CDS) - VOTO DE LOUVOR E DE RECOMENDAÇÃO.-

---A salvaguarda do Estado de Direito assenta em larga medida no esforço abnegado e permanente das Forças de Segurança que, em condições muito difíceis e muitas vezes com equipamento e veículos obsoletos e vencimentos reduzidos, colocam a sua vida em risco para salvaguarda das nossas liberdades. Assim acontece também no concelho de V. N. de Famalicão, no que respeita aos polícias da PSP e militares da GNR.-----

---São públicos, em Portugal, numerosos relatos e registos de insultos, agressões e até mortes de elementos das forças de segurança no exercício da respetiva profissão. O poder político tem de ser capaz de dar resposta a estas situações de risco.-----

---Acontece que o governo Socialista decidiu atribuir um suplemento de missão à Polícia Judiciária, mas não à GNR e à PSP. Para o CDS-PP, tal traduz uma discriminação profundamente injusta no país e relativamente àqueles que exercem funções no nosso concelho.-----

---Não é aceitável que, para situações equivalentes, o Governo decida um tratamento diferenciado para quem, enfrentando igualmente riscos, exerça funções na Polícia Judiciária, PSP e GNR.-----

---Se a atribuição de um suplemento de missão à Polícia Judiciária é de inteira justiça, a ausência do mesmo suplemento relativamente aos policias da PSP e aos militares da GNR

é incompreensível e indigna. Neste sentido, o CDS-PP exige a respetiva extensão também à PSP e à GNR. -----

---Em matéria de risco e no que respeita às obrigações básicas do Estado, ninguém pode ficar para trás.-----

---Pelo exposto, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe: -----

---1. A aprovação de um voto de louvor aos agentes da Polícia Judiciária, bem como aos polícias da PSP e aos militares da GNR, pelo trabalho desenvolvido em V. N. de Famalicão e no país, muitas vezes em circunstâncias particularmente difíceis e de alto risco, para salvaguarda dos nossos direitos, liberdades e do Estado de Direito; -----

---2. Que a Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão delibere e comunique ao governo considerar de elementar justiça que o suplemento de missão atribuído à Polícia Judiciária, seja igualmente atribuído aos polícias da PSP e aos militares da GNR; -----

---3. Que a Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão delibere e comunique ao governo o entendimento de que a revisão das tabelas salariais aplicáveis às Forças de Segurança e a modernização de veículos, equipamentos e instalações, com vista à dignificação das respetivas funções, são de elementar justiça. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - PROPOSTA DE CONGRATULAÇÃO E SAUDAÇÃO À ASSOCIAÇÃO ECOS CULTURAIS DO LOURO. -----

---A Associação Ecos Culturais do Louro completou no passado dia 21 de novembro de 2023 dez anos de existência. Uma década de atividade repleta de sucessos e contributos inestimáveis, que vão muito para além do âmbito regional. -----

---Este importante projeto estruturante para o desenvolvimento da Cultura, nas suas inúmeras variantes, evidencia o papel que as associações devem assumir para o desenvolvimento e crescimento humano e da sociedade enquanto pilar da democracia. --

---De destacar a enorme qualidade, diferenciação e originalidade desta associação, apresentado em sincronia ligação profunda às raízes, à memória e à vida, respeitando a história sempre com os olhos postos no futuro. -----

---A dinâmica da AECL tem vindo a destacar-se não só no plano municipal, mas também no plano nacional e internacional, pela excelência dos conteúdos apresentados, e, sobretudo pela amplitude conquistada em públicos diversos. -----

---A cultura está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano, ela reproduz o ser através da socialização e da educação. A cultura revela a nossa identidade, regula a nossa convivência e a comunicação em sociedade. -----

---Face ao exposto, queira esta assembleia Municipal aprovar este voto de congratulação/saudação. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 48º ANIVERSÁRIO DO 25 DE NOVEMBRO-----

---Comemorar o 48º aniversário do 25 de novembro de 1975, data em que terminou o período do PREC (Processo Revolucionário em Curso) é recordar um tempo em que o bem venceu o mal. Não podemos baixar a guarda contra os extremismos ideológicos e as suas derivas totalitárias, que na altura tentaram assaltar o poder pela força.-----

---O 25 de novembro, mais do que uma data cronológica ou um parágrafo na história de uma revolução, é o momento decisivo em que a revolução portuguesa segue, irreversivelmente, o caminho para uma democracia de modelo ocidental.-----

---O 25 de Abril de 1974 representou o início de uma caminhada na construção de uma verdadeira Democracia, esse objetivo só ficou garantido a 25 novembro de 1975, um dia que marcou definitivamente o fim da transição revolucionária e a demonstração da vontade inequívoca do Povo Português de seguir o caminho do resto do Ocidente. Assim, foi possível a fundamental integração na união europeia de Portugal.-----

---As promessas desses dias estarão sempre por cumprir. Temos uma luta constante para fazer cumprir o nosso País e a nossa Democracia. Mas o 25 de novembro lembra-nos que o caminho está nas mãos de todos aqueles que pugnam por uma sociedade justa e evoluída, livre do flagelo da corrupção e do compadrio e não nos cantos de sereia do comunismo que nos conduziriam à miséria, à irrelevância e à vergonha. -----

---Manifestar o agradecimento a todos os que ousaram contrariar a deriva esquerdista extremista, com particular ênfase ao denominado "Grupo dos Nove", ao coordenador operacional General Ramalho Eanes, e a todas as unidades militares da Região Militar de Lisboa que consubstanciaram a derrota da mesma, com destaque para os Comandos da Amadora. -----

---Famalicão sempre foi uma terra de liberdade e pluralidade pelo que, recordar o 25 de novembro é um imperativo de todos os verdadeiros democratas que um dia impediram a ditadura comunista. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - VOTO DE PROTESTO PELA ALTERAÇÃO DO SÍMBOLO NACIONAL-----

---O Grupo do municipal do Partido Chega repudia de forma veemente a modificação/alteração do símbolo nacional, levada a cabo pelo governo socialista, com a retirada dos sete castelos, as cinco quinas, as chagas e a esfera armilar, sob pretexto da criação de uma imagem mais “inclusiva, plural e laica”, uma afronta à história do nosso país e à identidade de um povo. -----

---A alteração do símbolo institucional retirando os elementos que formam a identidade visual quase-milénar de Portugal, constitui uma infâmia a todos os portugueses que olham para os símbolos nacionais como um reforço da ideia de comunidade política e social, independentemente de todos as revoluções e mudanças de regime. -----

---A partir do século XX, quando surge a ideia de nação tal como nós a concebemos ainda hoje, as armas reais entendidas como nacionais serviram para evidenciar a continuidade

histórica da comunidade política, independentemente de todas as alterações estruturais havidas, incluindo a revolução republicana de 1910, o golpe de Estado de 1926 ou a revolução de 25 de Abril de 1974.-----

---Quando olhamos para a história, percebemos que estes sinais foram efetivamente usados como instrumentos de governação, no sentido de criar a ideia de uma comunidade política sujeita a uma mesma autoridade e dotada de um passado e de um futuro compartilhados. -----

---Queira esta assembleia aprovar este voto de protesto em nome de Portugal. -----

---ELISA COSTA (PS) - VOTO DE CONGRATULAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA - 75º ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM-----

---Fez, em 10 de dezembro de 2023, 75 anos que foi adotada a Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Organização das Nações Unidas, o mais importante acordo da História em matéria de direitos humanos. -----

---Considerando o estado de desenvolvimento das sociedades europeias quanto às práticas democráticas e aos direitos humanos, faz sentido comemorar e dar ênfase à Declaração? Ao contrário do que possamos pensar, a Europa não é um exemplo perfeito no que se refere ao respeito pelos princípios estabelecidos na Declaração Universal. E se a Europa do Centro e Norte se debate com muitas restrições à circulação de pessoas, violações processuais, violações do direito à vida, tratamentos desumanos, regressão nas liberdades e independência dos poderes, em virtude do avanço dos conservadorismos, da guerra, das migrações, entre outros, em Portugal há ainda um longo caminho a percorrer no que tange aos direitos sociais e à participação democrática, que nos conduzem diariamente à necessidade de evocação da matriz dos valores presentes na Declaração Universal. -----

---Novos paradigmas de intervenção desafiam o poder local quanto aos direitos humanos, nos últimos anos. Trata-se não apenas de desenvolver políticas sociais descentralizadas,

ao nível da administração pública, mas de priorizar esses direitos sociais em parcerias estratégicas com entidades que atuam em diversos domínios, de racionalizar custos e canalizar as verbas para programas territoriais que ampliem respostas sociais de proximidade, que garantam a efetiva concretização dos Direitos Humanos. -----

---Como assembleia que representa todos os cidadãos famalicenses, temos a obrigação moral de nos nortear pelo respeito absoluto pelos direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos e de pugnar pelo seu efetivo cumprimento, face à complexidade crescente das realidades sociais e económicas. Não sejamos indiferentes nem nos fiquemos, por vezes, só pelas palavras. -----

---Pelo exposto, o Partido Socialista propõe a aprovação de um Voto de Congratulação pela celebração do 75º aniversário da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, em 10 de dezembro de 2023. -----

---ISABEL SILVA (PS) - VOTO DE CONGRATULAÇÃO 75 ANOS DO AGRUPAMENTO 89 DO CNE DE DELÃES -----

---O agrupamento 89 do CNE foi fundado na freguesia de Delães no ano de 1948, inicialmente apenas com Alcateia e alguns Exploradores, completando no corrente ano 75 anos desde a sua fundação. Atualmente conta com cerca de 60 elementos divididos por 4 secções (Lobitos, Exploradores, Pioneiros, Caminheiros) e dirigentes. -----

---O agrupamento tem instalações próprias que partilha com a Fraternidade Nuno Álvares e, regularmente, este grupo intervém na comunidade de Delães e mantém viva uma estreita ligação reconhecida agora nas bodas de diamante. -----

---O grupo municipal do partido socialista propõe a esta Assembleia Municipal a aprovação de um voto de congratulação ao Agrupamento 89 do Corpo Nacional de Escutas de Delães pelo seu 75º aniversário na formação integral das crianças e dos jovens e por estar Sempre Alerta para Servir. -----

---Sendo aprovado o mesmo deverão os serviços da Assembleia fazer chegar o teor do mesmo e as respetivas votações ao agrupamento.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Desde 1981 que ativistas dos direitos das Mulheres assinalam, a 25 de novembro, o Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres. -----

---A luta das mulheres ao longo dos tempos, contra todas as formas de violência, teve eco nas Nações Unidas, levando a Assembleia geral da ONU, em 20 de dezembro de 1993, a adotar a Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que, logo no seu artigo 1º, define a violência contra as mulheres como “todo o ato de violência baseado na discriminação do sexo feminino, que tenha, ou possa ter, como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, assim como ameaças , coerção ou privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na privada”. -----

---A violência sobre as mulheres é um flagelo social! E a multiplicidade da violência contra a mulher, de todas as idades, persiste, aprofunda-se e normaliza-se na nossa sociedade. -----

---Assinalar este dia é uma oportunidade para dar visibilidade às diversas formas de violência exercida sobre as mulheres, mas também o afirmar para os caminhos que podem concorrer para o seu combate e prevenção. -----

---Sem nunca esquecer os milhões de refugiados que por força das guerras se deslocam sem rumo, onde as mulheres e crianças são também as vítimas preferenciais do tráfico, especialmente para a prostituição, estupro, escravatura, mutilações, torturas, venda de órgãos e tecidos humanos e intimidações de toda a espécie. -----

---É urgente que as mulheres e os homens reconheçam os discursos de normalização e as consequências diretas para a vida de todas!-----

---O cumprimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, é a mais profunda forma de contribuir para assegurar o direito das mulheres a decidirem sobre o seu projeto de vida,

incluindo a libertar-se de contextos violentos. Cumprir os direitos das mulheres representa, em si mesmo, impulsionar mudanças profundas nos papéis de mulheres e homens, na família, no trabalho, na vida social e política. -----

---E por isso, a CDU reitera que à dimensão, gravidade e urgência do problema da violência sobre as mulheres têm de corresponder, com igual determinação, a adoção de medidas concretas. -----

---Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 15 de dezembro, delibere: -----

---1 - Instar os Órgãos Autárquicos a contribuir de forma ativa para eliminação de todas as formas de discriminação, promovendo a igualdade real independentemente do género e repudiando todo o tipo de violência exercida sobre as mulheres e os homens; -----

---2 - Instar os órgãos de soberania da Assembleia da República a tomarem as medidas necessárias para que os direitos consagrados na Conservação da Istambul possam ser sentidos de forma efetiva; -----

---3 - Concretizar ações e medidas que tenham como objetivo a prevenção e combate à violência doméstica e de género, através do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação que inclua dimensões da prevenção e combate à violência doméstica e de género, violência no namoro, violência no trabalho, prostituição e tráfico de seres humanos; -----

---4 - Dar conhecimento desta Moção ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares da AR, à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e à Secretaria de estado para a Cidadania e Igualdade de Género. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - De uma forma muito breve, apenas para esclarecer qual será o sentido de voto quanto aos votos aqui apresentados. -----

---Voto de Louvor e Recomendação do CDS - diz o CDS que as forças de segurança pública usam equipamento e veículos obsoletos. Nada fica obsoleto na vida em 8 anos.

Há 8 anos atrás, o CDS era governo de uma coisa chamada PAF juntamente com o PSD. E, portanto, se hoje são obsoletos já o seriam, necessariamente, há 8 anos atrás. Porque as armas de fogo e os veículos não ficam obsoletos em 8 anos, por um lado. Por outro lado, é obvio que a Polícia Judiciária, a PSP e a GNR são órgãos de polícias diferentes, e generalizar um apoio da Polícia Judiciária às demais forças de segurança, sem reconhecer a diferença, sem reconhecer os diferentes níveis de risco, é uma asneira que o PS não entra. Voltamos a dizer isto: a Polícia Judiciária é diferente da GNR e é diferente da PSP. E, portanto, de acordo com isto do CDS, apenas que todas estas forças de segurança merecem um Voto de Louvor. Mas, tendo em consideração que o CDS também vai dar palpites sobre normas que incumbem ao governo - aqui é um órgão deliberativo, não é um órgão executivo - há coisas que foram recentemente rejeitadas nesta Assembleia por termos aqui um órgão meramente deliberativo. Portanto, vamos votar contra este voto do CDS. -----

---O Chega anda confuso da cabeça. Não anda bem e confunde os símbolos do governo... confunde os símbolos do governo com os símbolos nacionais, confunde. Eu por acaso também não gosto muito... não gosto especialmente do F assim meio curvado, assim manhoso que o Senhor Presidente escolheu para o município de Famalicão, mas isso é problema meu, é uma questão de *marketing*. Ele, se calhar, gosta muito, gosta muito daquele F assim manhoso: Portanto, Senhor Deputado do Chega, aquelas bolinhas, de quem eu também duvido do gosto, são o símbolo do governo, e vossa excelência não é governo nem vai ser. E, portanto, não tem que dar palpites sobre isso. Não gosta, diga assim: "Olha, não gosto e tal...". Agora, não confunda isso com os símbolos nacionais que estão previstos na Constituição e não mudaram. Não se confunda, Senhor Deputado, acorde! Planeta terra. -----

---Voto do Chega a favor da Associação do Louro - a favor, necessariamente, necessariamente. E aqui associamo-nos ao Chega. -----

---25 de novembro - bom, quem fez de verdade, depois do cerco da Assembleia da República, o 25 de novembro lhe deu força efetiva, foram o Sá Carneiro e Mário Soares. E nunca nos devemos esquecer, foram Sá Carneiro... não olhe para mim assim espantado, foram Sá Carneiro e Mário Soares que estavam lá cercados na Assembleia da República e disseram ao Eanes: “Nós não vamos por aí por esse lado da esquerda. Nós, social democracia, nós, socialistas, não vamos por aí.”. Portanto, isto tem que se pôr um fim militar a isto. É isto, Senhor Deputado, e vossa excelência está esquecido.-----

---Na altura, toda a gente acusou o PCP de estar por trás disto - da esquerda militar estar por trás disto - e o Álvaro Cunhal escreveu um livro “A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril”, publicado em 1999, em que se desmarca e desmarca o PCP sobre isso.-----

---Agora, ainda usar o 25 de novembro, foi uma coisa de alguns, alguns deles... o Otelo foi condenado por terrorismo, ainda usar o 25 de novembro - que foi mero ato terroristas - como alternativa ao 25 de abril, não conta connosco, e quando falar sobre estas coisas, faça vénias ao Sá Carneiro e ao Mário Soares.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Vai ter que terminar, Senhor Deputado.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Voto de congratulação do PS a favor do CNE de Delães, a favor.-----

---Voto da CDU, a favor.-----

---O Senhor, tenha calma, Senhor...-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhor Deputado, o Senhor a mim não me diz para ter calma. O Senhor Deputado a mim respeita-me. Sou o Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Deputado, o respeitinho é muito bonito e eu gosto. Está bem?!-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Estou a concluir, faltam duas palavras.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Então faça o favor de concluir.-----

---JORGE COSTA (PS) - Quanto... -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Então faça o favor de concluir! -----

---JORGE COSTA (PS) - Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado!!-----

---Voto da CDU das mulheres, a favor.-----

---E Voto do Partido Socialista sobre 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos dos Homens, a favor.-----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Os delírios hoje começaram mais cedo do que o previsto. Portanto, relativamente ao Voto de Congratulação dos 75 anos do Agrupamento 89 de Delães, naturalmente que votamos a favor. -----

---Relativamente, também, ao Voto de Louvor e Recomendação do CDS, vamos com certeza votar a favor, e reiteramos esta posição. -----

---O Voto de Congratulação do Partido Socialista do 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, bom, nós concordaríamos com o texto, mas foi dado aqui uma maquilhagem, uma elaboração que não concordamos minimamente e, portanto, vamo-nos abster. -----

---Relativamente à Moção do Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, é quinquagésima ou centésima, ou milésima vez que a Senhora Deputada da CDU traz aqui o problema da violência contra as mulheres...*(falha na gravação)* eu estou relativamente à vontade, eu estou relativamente à vontade para falar sobre o assunto... eu tenho calma... eu estou relativamente à vontade para falar sobre o assunto, por uma razão muito simples, eu sempre vivi e fui criado no seio de uma família matriarcal, portanto, o respeito pelas mulheres tem que ser intrínseco à vida humana...-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Senhor Deputado, tem que terminar. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - mas, de qualquer das maneiras, vamos votar favoravelmente.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Também para, em nome da bancada do Partido Social Democrata, anunciar o sentido de voto nos respetivos documentos que estão sujeitos à apreciação e votação, e para dizer que o PSD irá votar favoravelmente todos eles, sem exceção, todos eles. Mas, permitir-me-ão que dê algumas explicações sobre apenas alguns desses votos. Um deles tem exatamente a ver com o Voto de Louvor e de Recomendação do CDS-PP sobre o suplemento de missão atribuído à Polícia Judiciária. Nós estamos plenamente de acordo com a atribuição desse subsídio à Polícia Judiciária. Estamos a falar de um montante que até é expressivo, são 700€, mais ou menos. É um valor significativo. O que nós não conseguimos perceber, e já questionámos o Senhor Ministro da Administração Interna, qual a razão pela qual também as outras forças, ditas de condição policial, a saber: a GNR e a PSP não beneficiaram desse suplemento ou desse aumento desse suplemento? Poderá existir razões que justifiquem um maior risco, como falou o Senhor Deputado Jorge Costa, para a atribuição de um subsídio de suplemento desta grandeza à Polícia Judiciária e não atribuir às outras forças, que também têm a mesma condição policial. A resposta ainda não foi oferecida e já passou muito tempo. E nós somos levados a concluir é que não há nenhuma razão. E como não há nenhuma razão, não foi apresentada nenhuma justificação. E, por isso, faz sentido a aprovação deste voto, não só de Louvor, mas também de Recomendação, no sentido de que ambas as forças possam ser equiparadas neste domínio.-----

---Um segundo voto, tem a ver com o voto da CDU relativamente à Moção do Dia Internacional para a Eliminação das Violências Contra as Mulheres. Iremos votá-lo favoravelmente. Permitir-me-á, no entanto, a Senhora Deputada Tânia Silva que possa

discorrer um pouco sobre o número três desta mesma proposta. Diz esse número três: “que se propõe concretizar ações e medidas que tenham como objetivo a prevenção e combate à violência doméstica e de género, através do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação que inclua dimensões da prevenção e combate à violência doméstica e de género, violência no namoro, violência no trabalho, prostituição e tráfico de seres humanos.”. -----

---Na verdade, Senhora Deputada, todas estas violências ou todas estas dimensões estão já incluídas no Plano Municipal sobre uma sigla ou sobre um chapéu mais amplo que se chama: “Violências Interpessoais”. E está a ser posto em prática neste momento, em conjugação de esforços, com as forças policiais do município e estão a ser desenvolvidos inclusivamente iniciativas quer nas escolas, quer junto dos seniores, quer junto das mulheres, que não poderia deixar de ser, mas também nas empresas. Mas, sim, o voto em todos os seus números votaremos favoravelmente. -----

---Quanto ao último documento em apreciação, ou ao terceiro que eu gostaria aqui de abordar, em nome da bancada do PSD, tem a ver com o Voto de Protesto pela alteração do símbolo Nacional. Bom, na verdade o governo mudou o logotipo, e é disso que estamos a falar, mudou o logotipo - é melhor não dizer que sim porque vão perceber que eu vou votar a favor e, portanto, vão já discordar - o governo mudou o logotipo da República Portuguesa nas plataformas digitais que nós sabemos. E o governo diz que o fez, desde logo, em nome da sofisticação da comunicação. Depois, diz que o fez igualmente para potenciar uma consciência ecológica reforçada, e também para dotar o governo de uma imagem mais inclusiva, mais plural e laica. -----

---Bom. Sinceramente, olhando para o resultado, devo dizer que nós não vemos como um retângulo, um círculo e um quadrado, até pode ser uma imagem apelativa, mas nós não vemos como é que um retângulo, um círculo e um quadrado possa potenciar uma

consciência ecológica reforçada. Não vemos, sinceramente. Nós não vemos! Como não vemos como é que um retângulo, um círculo e um quadrado possa dotar a República Portuguesa de uma imagem mais inclusiva, mais plural e laica. Não vemos! Com toda a sinceridade, nós não vemos isso! Mais ainda, nós não conseguimos alcançar onde com esta imagem e com as cores que naturalmente lhe estão associadas residirá o fator diferenciador dos outros países, e são um elevado número, que usam as mesmas cores nas suas bandeiras. Portanto, o resultado final desta alteração do logotipo da República Portuguesa é um mau resultado, é um mau resultado. E mesmo que se argumente que o governo ao mudar o logotipo da República não o fez para anular a história ou para anular os símbolos da nossa pátria, efetivamente não o fez. Não houve essa intenção. É evidente que não houve. O governo não quis, eu estou a ser sincero não estou a ser irónico, o governo não quis anular nem a história, nem os símbolos da nossa pátria, a verdade é que esses símbolos da nossa pátria não podem sucumbir, do nosso ponto de vista, a nenhuma ideia de sofisticação, mesmo que seja sofisticação de comunicação oficial. -----

---E nesse contexto, obviamente e objetivamente, por razões aduzidas, nós iremos votar favoravelmente o Voto de Protesto apresentado pelo Chega.-----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Senhor Deputado Jorge Costa, claro, claro que a culpa disto tudo estar obsoleto ainda é do CDS, claro. Claro que a culpa ainda é da PAF, claro que a culpa continua a ser do Passos Coelho, após estes anos todos. Nós sabemos que vossas excelências têm algum azar aos Passos, ao Coelho, ao Mário, mas ao contrário do que o vosso líder dizia que nós íamos ter que os aturar durante quatro anos e iam ter que se habituar, olhe, não tivemos. Se calhar vocês vão ter que se habituar mais tempo aqui a este lado.-----

---De resto, relativamente ao contexto que vossa excelência quis aqui exprimir, devo lembrá-lo que até o Diretor Nacional da Polícia Judiciária se veio manifestar a favor

desta extensão do subsídio à GNR e à PSP. A morte de uns não vale mais nem menos do que a morte de outros. O risco que uns correm não é maior nem é menor do que os outros. E, portanto, o Diretor Nacional da Polícia Judiciária, ao contrário de vossa excelência, percebeu isso. O risco é risco, tenhamos presentes todos os insultos, agressões e até mortes, para que o Senhor Deputado possa andar seguro na rua. -----

---Tenho a certeza que a PSP e a GNR recordarão a discriminação, até indecente, que o PS de Vila Nova de Famalicão lhes fez.-----

---De resto, queria só dizer que votaremos a favor de todos os votos à semelhança do PSD, não sem deixar aqui só, com alguma ironia, uma pequena achega ao Chega pelo Voto de Saudação pelo 48º aniversário do 25 de novembro, que congratulamos, mas não deixa de ser engraçado que é o Chega que diz que não podemos baixar a guarda contra os extremismos ideológicos e as suas derivas totalitárias. Parabéns pela coragem, Senhor Deputado! Votaremos a favor, mas não podia deixar de realçar isto. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Tecer aqui alguns comentários aos votos apresentados. Desde logo, o Voto de Louvor e Recomendação do CDS. Não concordando com alguns dos considerandos, mas votaremos a favor pela atribuição do subsídio a todos em todo o país.

---O Voto do Chega pelo Voto de Protesto pela alteração do símbolo nacional, nós votaremos pela abstenção porque não nos parece que a Assembleia Municipal tenha competências para isso, nem o voto tenha qualquer consequência. -----

---Relativamente à proposta de Congratulação e Saudação da Associação Ecos Culturais do Louro, a favor. -----

---Do Voto de Saudação pelo 48º aniversário do 25 de novembro, naturalmente votaremos contra pelas razões lógicas e por tudo aquilo que o (*falha na gravação*). Mas, o mais importante comentário a fazer é que, quem apresentou este voto e a todos aqueles que o

acompanharão, é: o que é que já avançou para as comemorações dos 50 anos do 25 de abril? -----

---Numa altura em que estamos em plenas comemorações dos 50 anos, um dos momentos maiores da nossa história, a direita reacionária multiplica os seus esforços para desviar as atenções dos aspetos mais estruturantes e fundamentais das transformações da Revolução.

---O Voto de Congratulação do Partido Socialista dos 75 anos do aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a favor. -----

---O Voto de Congratulação, também, dos 75 anos do Agrupamento de Delães, a favor.

---E o Voto do Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a favor.

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Podemos votar, suponho, Senhores Deputados. A primeira votação será feita por levantados e sentados para fixarmos o quórum. A partir daí será por bancada.-----

---Eu começo pelo Voto de Louvor e Recomendação do CDS relacionado com as forças de segurança.-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR E DE RECOMENDAÇÃO DO CDS, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM O VOTO CONTRA DO PS. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

---Vamos votar o Voto de Protesto do Chega pela alteração do símbolo nacional. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO DO CHEGA PELA ALTERAÇÃO DO SÍMBOLO NACIONAL, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM OS

VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM O VOTO CONTRA DO PS E ABSTENÇÃO DA CDU. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Proposta de congratulação e saudação à Associação Ecos Culturais do Louro apresentada pelo Chega, também. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DE CONGRATULAÇÃO E SAUDAÇÃO À ASSOCIAÇÃO ECOS CULTURAIS DO LOURO APRESENTADA PELO CHEGA, FOI A MESMA APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Voto de saudação pelo 48º aniversário do 25 de novembro apresentado pelo Chega. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 48º ANIVERSÁRIO DO 25 DE NOVEMBRO APRESENTADO PELO CHEGA, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, c COM OS VOTOS CONTRA DO PS E DA CDU.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Votamos agora a Congratulação do Partido Socialista relacionada com o aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA SOBRE O 75º ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL

DOS DIREITOS DO HOMEM, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO CHEGA. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Temos agora o Voto de Congratulação do Partido Socialista relacionado com os escuteiros de Delães.-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA SOBRE O 75º ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 89 DO CNE DE DELÃES, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Finalmente o Voto da CDU relacionado com o dia Internacional pela eliminação das violências as Mulheres.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO DA CDU RELACIONADO COM O DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.-----

---Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:

-----ORDEM DO DIA-----

---PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - No que concerne a este ponto da ordem de trabalhos/informações, permitam-me só meia dúzia de informações que me parecem pertinentes nesta altura, já que se tratam de informações relativamente recentes. Uma tem a ver com a recolha seletiva de lixos. -----

---Nós estamos a enveredar para uma trajetória em que queremos incrementar a taxa de recolha dos vários resíduos, como é sabido, nós temos um pensamento que consideramos que os lixos, aquilo a que nós chamamos lixos, são matérias primas e, portanto, queremos recolhê-las todas para que o lixo indiferenciado seja apenas uma pequena parte daquilo que é produzido em nossas casas, nas empresas e instituições. -----

---É sabido que nós já recolhemos aquilo que é clássico - o cartão/papel, o metal, o vidro, o têxtil, o óleo, também mais recentemente os biorresíduos, no âmbito do projeto piloto que estamos a desenvolver, os lixos orgânicos, como também são conhecidos, e agora, ainda há poucos dias atrás, as cápsulas de café. Portanto, fica aqui esta nota que me parece muito importante, até pelos resultados da COP28, como é sabido que foi concluída recentemente por via daquele documento que me parece muito importante e que por via dele, e é a nossa interpretação, vão ser acelerados os processos de neutralidade carbónica. E, portanto, aqui também no que respeita a recolha seletiva, tem que ser incrementada, sob o ponto de vista dos resíduos recolhidos, da diversidade de resíduos recolhidos, e também o incremento na taxa de recolha. -----

---Depois, os prémios que, entretanto, nos foram atribuídos, mais um, “Autarquia Familiarmente Responsável”, é o 13º, tanto quanto eu me lembro, portanto, que reconhece o nosso apoio às famílias nas mais diversas áreas de intervenção. -----

---O do “Município Amigo do Desporto”, também mais um, que vem reconhecer as nossas políticas públicas no que concerne ao desporto e à diversidade de políticas desportivas. -----

---O estatuto de “Concelho Ativo”, o novo galardão que também recebemos. -----

---A questão da Gala Created IN, é uma nota que eu quero deixar, e que ocorreu no dia 19 de outubro, que visa reconhecer empresas que sobressaiam no âmbito da sustentabilidade ambiental, desde logo, mas também económica e social, e sobretudo, também, de inovação. Foram cerca de 200 empresas que foram reconhecidas na altura, portanto, uma excelente iniciativa até no âmbito, como é sabido, foi o pontapé de saída para a nossa distinção de Famalicão Região Europeia Empreendedora 2024, portanto que no próximo ano teremos muitas iniciativas a este respeito. -----

---Também o alcance de uma marca, que para nós é significativa. Estamos a atingir neste momento os 90% da taxa de cobertura do saneamento em Famalicão. Conseguimos incrementar, nomeadamente neste ano, cerca de 7% acima da que temos e, portanto, aqui o investimento de cerca de 1,7 1,8 milhões de euros que investimos este ano por forma que atingíssemos esta marca, este número redondo dos 90% que convém realçar. -----

---E por último, a campanha de Natal. A campanha de Natal que eu primeiro desafio, com certeza todos e todas já o fizeram, que foi visitar a nossa Aldeia Natal, uma Aldeia de Natal talvez a mais impactante de sempre, que tem trazido muita gente, em alguns casos até verdadeiras multidões, cidades muitas vezes cheias, apesar da chuva constante, mas que tem merecido a visita de muita gente, e é bom para Famalicão, é bom para o comércio local. Mas, fica também esta nota por que este formato da Aldeia de Natal, se pretende com ela, tenha a capacidade de nos convocar para vivermos intensamente o Natal. E, portanto, esta Aldeia Natal tem este pressuposto. -----

---E por último, uma referência ao *Ymotion*, também foi um sucesso tremendo, como é sabido, a firma Famalicão no que ao cinema jovem diz respeito, muitos olhos estiveram muito atentos para Famalicão o que também, obviamente, é bom para a promoção e prestígio do nosso território. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Quando se fala dos problemas relacionados com Vila Nova de Famalicão e com a nossa vida coletiva, a questão das estradas é uma preocupação constante de quem cá vive. Sem negar alguns pequenos avanços que tem sido dado nesta área, a verdade é que o panorama geral é bastante preocupante. São reconhecidos os problemas de mobilidade dentro do concelho, a saturação e a falta de condições das vias rodoviárias necessárias. -----

---Famalicão possui muitos quilómetros de vias de circulação, entre estradas regionais, municipais e caminhos agrícolas, sendo que na grande maioria são asfaltadas, constituindo uma vasta rede de serviço às populações e às atividades económicas. No entanto, verifica-se que a grande maioria delas está num avançado estado de degradação em especial ao estado dos pavimentos com evidentes incómodos e prejuízos nas viaturas, bem como colocando sérios perigos para a segurança de quem nelas circula. -----

---Ainda na última Assembleia Municipal, alertamos para a necessidade da limpeza das sarjetas e valetas em consequência da estação do ano que se aproxima, mas também pela falta ou demorada intervenção nesta matéria. É certo que os custos de manutenção desta rede são elevados, mas não é admissível que se deixe degradar o património público, nem que por inércia se anulem os investimentos que têm vindo a ser feitos aos longos dos anos na rede viária deste município. -----

---Há que definir prioridades de intervenção e calendarizar os esforços de recuperação da nossa rede viária, numa estreita articulação com os órgãos locais, regionais e governo. Assim, questionámos o Senhor Presidente sobre o ponto de situação nesta matéria no que respeita aos traçados de responsabilidade municipal? -----

---Quais as prioridades deste executivo? -----

---Existe uma calendarização e uma lista de prioridades para as necessárias intervenções?

---Uma outra questão que queríamos colocar. É que voltamos a esta Assembleia Municipal para levantar sérias preocupações e dúvidas relativamente à situação dos trabalhadores migrantes do nosso concelho. Pela sua exposição diária, a precariedade, arbitrariedade e violação dos direitos laborais, a situação dos trabalhadores migrantes exige a intervenção e articulação de várias entidades, desde logo a Câmara Municipal. --

---Se outra hora denunciarmos a utilização de pavilhões da zona industrial de Vilarinho ou na rua da Liberdade, em Calendário, para alojamento de trabalhadores migrantes, hoje chamamos a atenção para o que se passa na freguesia de Brufe. Assim, já tínhamos casas com sobrelotação de pessoas a viver sem dignidade, pavilhões municipais e locais de culto a servirem de Albergue, agora temos operários de construção civil, migrantes, claro, que residem na obra. Note-se, não é um contentor na obra, não! É na obra, mesmo! Sem janelas nem portas. Isto passa-se na zona norte de Brufe, junto a inúmeras residências particulares. Aliás, creio que o Senhor Presidente da Junta sabe onde é. -----

---Conscientes das próprias responsabilidades e competências deste município neste domínio, consideramos que existem formas de atuar e prevenir naquilo que se torna cada vez mais evidente. Parece-nos que, estas novas velhas formas de exploração de trabalhadores migrantes, continua a aumentar no nosso concelho e por isso a urgência e necessidade de intervenção. Por isso, continuamos a questionar o Senhor Presidente relativamente a esta matéria que tendo, obviamente, consciência das suas próprias competências na intervenção destes casos, a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação na Freguesia de Brufe? Este espaço tem licença de habitabilidade? Se não tem, como podem viver ou habitar lá pessoas? -----

---E voltamos a reforçar outra questão: que medidas de fiscalização tem adotado o município no sentido de identificar as condições laborais e habitacionais dos trabalhadores migrantes no concelho? Para quando uma verificação das condições de

habitabilidade de um conjunto de espaços e residências utilizadas, à vista de todos, para residência coletiva de trabalhadores migrantes e, posteriormente, averiguar quem lucra com a exploração humana?-----

---**ELISA COSTA (PS)** - Uma Europa preparada para a era digital.-----

---Certamente o Senhor Presidente da Câmara conhece esta prioridade da União Europeia. Para cumprir o seu papel no Plano de Ação Digital pactuado pela União Europeia, e no sentido de qualificar o Espaço Europeu de Educação, as escolas europeias mobilizaram-se e elevaram a sua literacia digital, os seus recursos digitais, os professores fizeram formação, investiu-se em equipamento, mudaram-se as metodologias de trabalho, os processos de avaliação, os projetos passaram a integrar tecnologia, inovou-se na comunicação digital, enfim, um conjunto de mudanças.-----

---Pela primeira vez na História, atrevemos a dizer: “Portugal acompanhou a quarta Revolução Industrial”. Portanto, neste momento, encontramos-nos já no patamar seguinte da quinta Revolução, com a introdução da robótica e da articulação entre a Inteligência Humana e a Inteligência Artificial.-----

---No entanto, o que é que se passa nas escolas de Vila Nova de Famalicão? Há um retrocesso considerável que tem dois anos, com muitos reflexos negativos na qualidade de ensino e na vida das escolas diariamente.-----

---Quando há dois anos esses problemas começaram, julgamos que fossem as escolas, as escolas julgaram, professores, funcionários, isto é um problema transversal a todo o concelho, que fosse, enfim, má disposição da rede, que fosse uma situação transitória, que se estivesse a preparar um plano no concelho, enfim, temos um conjunto de coisas. Na verdade, passaram-se dois anos e a situação não só não se alterou positivamente como piorou.-----

---A pergunta que aqui venho fazer, que o Grupo Socialista vem fazer, é a seguinte:-----

---Esta opção educativa é uma opção estratégica do município ou é apenas uma situação transitória que irá ser alterada? -----

---A ser uma opção estratégica o corte da qualidade da internet no concelho de Vila Nova de Famalicão, como podem justificá-las estando totalmente em contraciclo com aquilo que é o Plano de Ação Digital da União Europeia com aquilo que é a Qualificação do Espaço Europeu da Educação? Aquilo que é uma visão do concelho moderno com a estratégia de futuro? -----

---**ISABEL SILVA (PS)** - Senhor Presidente, reiterando a nossa preocupação, desde há muito tempo com os persistentes problemas do entupimento na rede de saneamento, esclareça, por favor, todos os famalicenses sobre o motivo pelo qual ainda nada foi feito nesse sentido, e a única solução que encontraram até agora não passou de remedeios, limitando-se a desentupimentos forçados. -----

---Ainda nada foi resolvido. Numa outra Assembleia Municipal, expus a situação dos constantes entupimentos na rede de saneamento paralela ao Rio Pelhe, nas localidades de Vale S. Martinho, Esmeriz, Lousado e Antas. -----

---Apesar de ter sido mencionado que o problema seria resolvido em junho deste ano, até ao momento nada foi feito. -----

---Além disso, também mencionei o flagelo das descargas no campo da feira e na rotunda “As Portas de Camilo” em Antas. -----

---É inaceitável que o saneamento esteja constantemente a transbordar a céu aberto, causando um cheiro nauseabundo e insuportável para a população. Tornando-se até um perigo para a saúde pública. -----

---Não podem continuar a limitarem-se a desentupimentos, é importante que sejam tomadas medidas definitivas para resolver esta situação, e é dever da Câmara Municipal

garantir um ambiente saudável e de qualidade para todos os cidadãos. Para não falar do misterioso caso das “lontras”.-----

---Portanto, peço ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareça de uma vez por todas qual o motivo pelo qual estes problemas ainda persistem e quais as medidas que serão tomadas para garantir resolução definitiva dos entupimentos na rede de saneamento, tanto na região do rio Pelhe quanto na rotunda “As Portas de Camilo” e seu seguimento da rede. Entre outros...-----

---Os cidadãos têm o direito de viver num ambiente saudável e livre de problemas como estes. E espero que a Câmara Municipal fique realmente comprometida em resolver esta questão o mais rápido possível.-----

---Não posso esquecer-me de agradecer ao Senhor Vereador do Ambiente, Hélder Pereira, por ter respondido por email, mas infelizmente em nada fui esclarecida sobre a possível resolução do problema.-----

---Agradeço desde já, a atenção do Presidente da Câmara e aguardo ansiosamente por uma resposta esclarecedora sobre esta situação urgente! -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Foi afirmado aqui pelo Senhor Presidente de Câmara que Famalicão atingiria uma taxa de cobertura de saneamento de 90%, um investimento que resultou num aumento de 7% atingindo os 90%. Eu gostaria de recordar o seguinte: em 2005, o então Presidente, Armindo Costa, anunciou como investimento estratégico e como objetivo fundamental de Famalicão. Chegamos a 2015 com 100% de cobertura de saneamento. Em 2019/2020, o então Presidente, Dr. Paulo Cunha, anunciou um investimento que promovia um aumento da taxa de cobertura de saneamento para 88%. 3 anos depois, atingimos estes 90%.-----

---As minhas questões são as seguintes:-----

---Se este investimento, que anunciou hoje, é o mesmo ou complementar ao investimento anunciado pelo então Presidente, Paulo Cunha, em 2020? Primeira questão.-----

---Segunda questão. Quando está previsto, se é que está previsto, um atingimento de 100%, conforme prometido em 2005 pelo então Presidente, Armindo Costa? -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Senhor Presidente, trago aqui uma questão. Primeiro perceber se é do conhecimento deste executivo e secundamente perceber se algo já foi feito para melhorar este pequeno problema de trânsito que muito afeta a nossa cidade, em particular no nosso centro urbano, entre a via Narciso Ferreira e a Avenida 25 de abril, temos um constante bloqueio de automóvel na medida em que fruto de muitos veículos que estacionam em segunda fila e muitos deles mal estacionados bloqueiam a circulação naquelas duas artérias, e que chegamos mesmo a assistir, filas constantes que vão desde a rotunda que dá acesso à variante até, julgo, a esquadra da PSP. Verificamos que pouco ou nada tem sido feito nesse sentido, recentemente.-----

---E a questão que coloco é: se, isto, é do conhecimento deste município para resolver esta questão? E se sim, o que é que foi feito até ao momento?-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - Relativamente às estradas e ao mau estado, é verdade que temos muitos quilómetros de estradas em mau estado, sendo que a tutela é nacional. A tutela é nacional! Temos mais de 45 quilómetros, salvo erro, de algumas estradas nacionais, estou a atirar aqui a 206, mas a 206 também está em péssimo estado.-----

---Eu, relativamente à 206, tenho falado com o meu colega de Guimarães. Estamos a encetar esforços, já desde algum tempo, por forma a que a IP possa desenvolver a obra necessária, e eu, em particular, já falei com o Senhor Presidente da IP, e já solicitei nova reunião com o Senhor Presidente da IP para que, nomeadamente, as estradas 309, a 310 e a 204/5, nomeadamente a 204/5 é bem conhecida porque ali na zona de Landim está em

péssimo estado. E depois há troços nas outras que, também, estão em muito mau estado por forma a que, porventura, se não existir capacidade por parte da IP, a Câmara Municipal está disponível a reaver aquelas estradas, mas, obviamente, com volume financeiro, não estou a dizer que cubra toda a despesa, mas que tem que ser com algum significado que estamos a falar nestas estradas mais de 40kms de estrada. E, portanto, estou a desenvolver esses esforços, mas é verdade que as estradas nacionais em Famalicão, e eu falo de Famalicão porque, porventura, podia extrapolar para todo o país, o retrato do serviço público está aqui também bem evidenciado por via das estradas municipais aqui em Famalicão. -----

---No que respeita à sobrelotação de habitações que refere, nós não temos conhecimento profundo porque o que temos é quando chega à Câmara alguma coisa, como é sabido nós não temos nenhuma competência nessa área, nessa matéria, mas o que fazemos é enviar para as autoridades competentes. Isso, sim, para a PSP, GNR. Agora, AIMA, penso que é assim que se chama o antigo SEF, e também para a Segurança Social. Portanto, temos aqui... as condições de habitabilidade, nós não podemos entrar nas casas como é sabido. Não temos competência. Falamos também com as Juntas de Freguesia, obviamente, quando sabemos de um ou de outro caso, mas o que nos chega são casos muito pontuais, esporádicos e quando os rececionamos são comunicados às autoridades competentes, como não podia deixar de ser.-----

---No que respeita à internet, foi isso que percecionei na intervenção aqui da Senhora Deputada, a internet a que se refere, com certeza está-se a referir à ZB2-3s que é da tutela. De quem? Do Estado Nacional. Portanto, como é sabido, a internet está na tutela do Estado Nacional a quem é competente. Nós temos reclamado muito, nomeadamente por via da DGEST e do Ministério da Educação, como tem que ser, e é verdade o que diz. Realmente não está nada bem. -----

---Mas, devo dizer que, no ponto de vista da digitalização do ensino, nós fizemo-lo, e somos também dos concelhos pioneiros nessa matéria. Demos como um dos apoios às famílias a escola virtual, para que não só os estudantes e as famílias e os professores possam usar a escola virtual, que é um instrumento pedagógico importante, uma ferramenta forte, para que a digitalização seja cada vez mais uma realidade.-----

---No que respeita ao saneamento entupido, o Senhor Vereador já registou. Não tenho conhecimento dessas descargas, conforme fez essa referência. Sei que há uns problemas na rede em alta que já foram comunicadas às Águas do Norte - quem tutela a rede em alta de saneamento e da água – e, portanto, não sei se tem a ver, neste caso em particular, com isso ou não, mas pedia-lhe que enviasse um email para mim ou para o Senhor Vereador por forma... -----

---Mas, ainda relativamente ao saneamento, a questão dos 90%, como é sabido a rede cresce. Como sabem, Famalicão é cada vez mais procurado, nunca houve tanta procura por Famalicão, é chamado um bom problema, é uma boa notícia se quiserem. Traz obviamente problemas... não sei se posso terminar... -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO –
Senhor presidente de Câmara, vai ter que terminar, por favor.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Só mais dez segundos, se não se importar. -----

---Portanto, a rede por força de novos aglomerados populacionais, nova indústria a instalar-se, obviamente que a rede está sempre a crescer. Porque há sempre unidades de execução. Temos dezenas de unidades de execução que já aprovamos em sede de Câmara Municipal. E, portanto, obviamente que estes 90% a referência não são os mesmos a que aquilo que eram há dois, ou há três, ou quatro, ou há dez. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor Presidente, não precisa de me responder agora até porque a sua intervenção pública é recorrente e, portanto, pode fazê-lo quando assim o entender porque já não dispõe de tempo.-----

---O que é que se passa com a Câmara e com a ACIF? -----

---A ACIF foi sempre um parceiro das celebrações natalícias, um parceiro importante da Câmara em diversos domínios. Anda eclipsada. Passa-se alguma coisa? Esta é a pergunta direta e fácil de esclarecer.-----

---Segundo, eu vi num site de vossa excelência à mesa em faustoso repasto no grupo dos cinco. Não foi o grupo dos cinco que me preocupou porque desejo a vossas excelências, a todos os envolvidos, uma boa digestão e um comer a preceito, mas fiquei preocupado porque desses cinco, três estão ligados a Cabeçudos e a pergunta é simples:-----

---Como é que está o dossier de Cabeçudos? -----

---Foi levantada a contraordenação? -----

---Não foi levantada a contraordenação? -----

---A Câmara tem competências nisso, já sei que chutou isso para canto, não sei para onde, mas para evitar prescrições da contraordenação, a Câmara já agiu ou não agiu? E tudo como dantes no quartel de Abrantes. Responda quando assim o entender, Senhor Presidente. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Presidente da Assembleia, permita-me que dirija uma palavra em nome do Grupo Municipal do PSD ao Senhor Deputado, Luís Miranda, para o saudar democraticamente pela sua reeleição na Juventude Socialista de Vila Nova de Famalicão. Desejando, também, do ponto de vista democrático, os maiores sucessos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara não tem tempo para responder, de qualquer das formas gostaria de deixar aqui, perante todos, há uma preocupação ou mais do que uma

preocupação do Grupo Municipal do PSD em torno das questões da saúde no nosso concelho.-----

---E a primeira preocupação prende-se com o encerramento do serviço de urgência de cirurgia geral que tem acontecido no Centro Hospitalar do Médio Ave, unidade da nossa cidade. Socorrendo-me das notícias veiculadas na comunicação social, só no mês de novembro este serviço esteve encerrado nos dias 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27 de novembro. Praticamente metade do mês. -----

---E no corrente mês de dezembro, já esteve encerrado nos dias 2, 12, e tanto quanto fui informado está encerrado no dia 14 e hoje. Portanto, só haverá reabertura amanhã. E aqui a pergunta que tinha, além da manifestação da preocupação, naturalmente, era questionar o Senhor Presidente se eventualmente dispunha de informação adicional que pudesse prestar à Assembleia. -----

---Uma segunda preocupação reside ou prende-se com a criação da Unidade Local de Saúde do Médio Ave que, como é consabido, irá entrar em funções previsivelmente já no início do próximo ano.-----

---Senhor Presidente, o PSD não tem qualquer preconceito obviamente quanto a este modelo organizacional do Serviço Nacional de Saúde. Na verdade, a última Unidade de Saúde Local criada em Portugal foi em 2012, exatamente no governo do PSD/CDS-PP. Mas, Senhor Presidente, é importante assinalar que a simples criação de uma Unidade Local de Saúde não resolve todos os problemas que nós conhecemos no Serviço Nacional de Saúde. E não resolve, se a simples criação da Unidade Local de Saúde não for acompanhada, enfim, do reforço dos profissionais, do reforço dos equipamentos e se não estiver dotada de uma estrutura física adequada. -----

---Ora, os dois estudos que nós conhecemos sobre a criação de Unidades Locais de Saúde, Senhor Presidente, não são lá muito encorajadores. Um primeiro deles, mais antigo -

2015, elaborado pela Entidade Reguladora de Saúde, segundo o qual este estudo demonstrou que o tempo médio de internamento até à alta nos utentes das Unidades Locais de Saúde foi superior ao dos Hospitais não integrados nestas unidades. -----

---O número de cirurgias em ambulatório, em percentagem total de cirurgias, foi mais baixo nos Hospitais pertencentes às Unidades Local de Saúde versus Hospitais não Unidades Locais de Saúde. -----

---Na quase totalidade dos Hospitais inseridos em Unidades Locais de Saúde não existiram ganhos ao nível da coordenação entre cuidados de saúde primários e Hospital, nomeadamente com redução de hospitalizações desnecessárias. -----

---Este é um estudo, como eu disse, de 2015, com um trabalho de campo que incidiu sobre os anos 2011/2013. É um bocado antigo, mas é o mais recente. E o mais recente é de 2018, mas também este estudo mais recente, também ele da entidade Reguladora de Saúde, também não é muito encorajador. Segundo este estudo, o número de queixas aumentou em todas as unidades locais de saúde, sendo a principal fonte de queixas a falta do foco no utente ao nível da humanização, bem como no cumprimento ou na observância dos direitos dos utentes. -----

---O mesmo estudo diz que o tempo médio permanência de internamento aumentou também nestas unidades locais de saúde, e que o número de urgências hospitalares aumentou em todas as unidades locais de saúde. E, portanto, a pergunta que lhe deixo é, Senhor Presidente, tendo em conta que a Câmara Municipal é a entidade que irá gerir o edificado das Unidades de Saúde Familiar que estão inseridas na unidade local de saúde do Médio Ave, a pergunta que lhe deixo é: saber se estes perigos, assinalados nestes estudos, estão afastados com a criação desta Unidade Local de Saúde do Médio Ave como é naturalmente o desejo, julgo eu, de toda esta Câmara? -----

---**ISABEL SILVA (PS)** - Senhor Presidente, o problema tem tentado resolver com desentupimento e lacrar as caixas com cimento. Fizeram isso ao pé do campo de futebol de S. Cláudio. Arreventou a caixa na rua 8 de dezembro, voltaram a fazer o mesmo, e agora, espero que não estejam a fazer o mesmo na rotunda “As Portas de Camilo”. Se calhar, até com um bocadinho de sorte nossa, Santiago de Antas, que o problema, em princípio, deverá ficar resolvido porque a próxima caixa será talvez já na freguesia de Requião que vai arreventar. Porque é assim que tem sido o problema resolvido... o problema de saneamento resolvido tem sido assim feito nesse seguimento de... -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Senhor Presidente, reforçando a minha intervenção relativamente à questão dos trabalhadores migrantes, nós temos consciência das competências da intervenção ao nível da Câmara e, portanto, nós fizemos essa referência disso mesmo, mas a Câmara consegue atuar e perceber se este espaço tem licença de habitabilidade tal e qual como conseguiu fazer quando nós aqui denunciámos a questão da rua da Liberdade em Calendário. -----

---Relativamente à questão das estradas, o Senhor Presidente referiu aqui um conjunto de Estradas Nacionais, é certo, mas eu posso-lhe também falar das Estradas Municipais e, por exemplo, não precisa de me responder agora, até porque não tem tempo, mas eu voltarei à carga na questão do GOP e, portanto, terá aí a oportunidade de o fazer. Mas posso-lhe falar então da Estrada Municipal 572, que liga Ribeirão ao Louro, por exemplo, da Estrada Municipal 574, por exemplo, que liga Oliveira S. Mateus a Pedome. Também poderíamos falar sobre essas. -----

---**PONTO DOIS - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL**

SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2023, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2024:-----

---DOIS PONTO UM - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,34% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA;-----

---DOIS PONTO DOIS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

---DOIS PONTO TRÊS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO;-----

---DOIS PONTO QUATRO - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM,

ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO;-----

---PONTO TRÊS - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE:-----

---TRÊS PONTO UM - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2023;

---TRÊS PONTO DOIS - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO;-----

---TRÊS PONTO TRÊS - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2023, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;-----

---PONTO QUATRO - APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2024. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -
Relativamente às taxas e impostos ou melhor às taxas do imposto, assim é que está correto, portanto dizer-vos aquilo que porventura já sabem, já passou pela Câmara Municipal, que vamos manter as taxas existentes. Como é sabido, o IMI teve uma diminuição o ano passado para ter efeito este ano 2023. Portanto, está muito próximo do mínimo, 0,34 %.-----

---Vamos aderir ao IMI familiar, como é sabido foi alterado. Para famílias com um filho, tem uma dedução de 30€; dois filhos, 70€; e mais ou igual a 3 filhos, 140€.-----

---O IRS vamos mantê-lo na taxa dos 4,5%;-----

---e a Derrama, no valor de 1,2%; mantemos a isenção até aos 250.000,00€ de volume de negócios.-----

---Como é sabido, temos umas premissas em que assentamos nesta questão das taxas, a previsibilidade da carga fiscal, o equilíbrio, a competitividade e depois a redistribuição da receita que temos nomeadamente por via de apoios diversos, não só o apoio social, mas a questão dos transportes por exemplo, que ainda mais uma vez este ano vai haver uma redução do tarifário, e o ano passado já houve para os vários passes, na casa dos 50%, mas, obviamente, temos um conjunto vasto de apoio que não vou aqui elencar, até porque são muitos. Portanto, digamos que estas premissas se mantêm, pensamos ser taxas que no ponto de vista competitivo também são muito interessantes relativamente àquilo que sucede nos outros municípios e, portanto, estou certo que vamos continuar, digamos, por via desta trajetória a ter um território muito competitivo, como é fácil de perceber que está a ser, ainda o disse há pouco e volto a repetir-me. A procura por Famalicão é enorme, penso que é maior de sempre. O investimento em Famalicão, por parte das empresas, está a incrementar também todas as semanas e, portanto, significa que nomeadamente no que diz respeito àquilo que estamos a falar agora neste ponto a estas taxas, significa que estamos muito bem.-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Senhor Presidente, na Comissão Permanente de Apoio à Mesa ficou falado que iríamos fazer a discussão de todos os pontos, até ao ponto quatro.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Sim, já fui informado. Enfim, o ponto dois que as votações serão em conjunto dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4. É isso? -----

---ANTÓNIO MEIRELES (PSD) - Não, não! É os pontos 2, 3 e 4, seriam discutidos todos ao mesmo tempo e, depois, seria feita a votação ponto a ponto. -----

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (1º SECRETÁRIO) - Senhor Deputado, eu percebo isso, mas só em Assembleia é que se pode decidir isso. -----

---ANTÓNIO MEIRELES (PSD) - É por isso que eu estou aqui a lembrar. -----

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (1º SECRETÁRIO) - Pronto, a discussão conforme sabem o ponto 2 tem que ser discutido em conjunto porque a Câmara Municipal faz uma proposta integrada, pode não querer separar os pontos, o ponto 3 e o ponto 4. Caso os Senhores Deputados queiram obviamente aqui discutir os pontos 2, 3 e 4 em conjunto, acho que o Senhor Presidente não obste. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Um momento, Senhores Deputados, só um segundo. -----

---Bom, de facto, o Senhor Presidente de Câmara já apresentou os pontos todos até ao ponto 4. Se ninguém vir nisso inconveniente, então será feita a discussão até ao ponto 4, e as votações serão feitas em separado. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - IMI - desde o início que tomamos posse nesta Assembleia Municipal referimos que eramos contra estas taxas de IMI. E queríamos, na impossibilidade de extinguir este imposto, propusemos sempre a taxa mínima. O IMI, para nós, é o imposto mais antinatural e injusto que existe. Penaliza a maioria dos cidadãos enquanto desobriga grupos financeiros e corporações próximas do poder. A ideia de que é uma taxa justa, é, pois, uma falácia. A taxa de IMI é cobrada anualmente

aos proprietários de imóveis cujo valor de coleta é canalizado para as Câmaras que, com esta receita, deveriam cuidar das infraestruturas do município.-----

---O IMI é um imposto muito injusto porque na maioria dos casos, estamos a ser tributados sobre um bem que é do Banco e da qual somos apenas usufrutuários até ao dia em que não podemos pagar a prestação e formos alvos de uma penhora ou de uma doação por incumprimento. Já o dissemos em várias ocasiões: uma casa é para a maioria dos portugueses um investimento de uma vida. Não é um luxo, nem uma excentricidade. Uma casa é sobretudo uma conquista, uma recompensa pelo esforço e dedicação de cada um. Um direito natural à propriedade privada.-----

---Admitiríamos, eventualmente, que este imposto se aplicasse a uma segunda, a uma terceira, a uma quarta casa, mas nunca um primeiro grande investimento. -----

---Ainda mais, nos últimos dois anos, como disse, na impossibilidade de propor a extinção deste imposto, propusemos que se aplicasse a taxa mínima, ou seja, 0,30. Porque consideramos que sobretudo nesta altura de grande incerteza económica seria um sinal dado às famílias de que o executivo camarário, supostamente de direita, estava solidário com elas. -----

---Não somos ingénuos, sabemos que este imposto constitui uma importante receita camarária. Portanto, o IMI no total falaremos... como diz no GOP, são 15 milhões de receita e o valor mínimo aplicado custaria cerca de 1.7 milhões de euros aos cofres municipais. Mas a pergunta mantém-se. Quanto vai custar a ajuda aos dependentes, ou seja, quem tem 1, 2, 3 ou mais filhos?-----

---Por último, relativamente ao IMI, gostaríamos de saudar o PS - Partido Socialista, por ter vindo a reboque da proposta do Chega, quando propôs em reunião de Câmara a redução do IMI para valores mínimos, algo que nos agradou e surpreendeu, isto porque vindo de um partido que vive obcecado pelos impostos é surpreendente.-----

---Por todas estas razões, vamos, naturalmente, votar contra. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Eu gostaria de, se me permite, de agradecer aos Vereadores do Partido Socialista por estarem tão atentos ao Vereador do Chega na Câmara. Ah, é verdade, por isso, por isso, talvez irem a reboque da proposta não seja a melhor expressão. E, portanto, neste sentido, a mensagem que eu gostaria de passar é simples: desde logo reforçar a proposta e a vontade política do Partido Socialista que se materializou numa proposta em reunião de Câmara Municipal para a descida do IMI para 0.30, que é o valor mínimo legal. Como referiu o Deputado do Chega, o impacto é de 1.7 milhões de euros, 1.7, 1.8 milhões de euros, o que representa um peso de 1,6% de redução de receita corrente. Ora, o saldo corrente é de 3.3, 3.4 milhões de euros. Portanto, dentro do saldo corrente haveria aqui margem para acomodar esta redução e esta perda de receita corrente.

---Poderão argumentar que este montante é necessário para capitalizar para outros investimentos. Naturalmente é um argumento válido, é um argumento que aceitamos, mas para que esse argumento colha na sua plenitude, é também preciso entender que há um aumento de 11 milhões de euros na despesa corrente. E, portanto, sendo um argumento válido, é um argumento, em certa medida, coxo porque do lado da despesa corrente o incremento é de mais de 10 milhões de euros. -----

---Dito isto, lamentamos a não aceitação da proposta dos Vereadores do Partido Socialista da redução para 0,30% e, naturalmente, ficamos satisfeitos e congratulamo-nos pela manutenção do IMI familiar no orçamento do município. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Relativamente ao imposto municipal sobre os imóveis (IMI), o Grupo Municipal da CDU, tendo em consideração a crescente receita dos impostos diretos arrecadados pelo município e muito concretamente sobre a taxa de IMI, reitera a possibilidade de se continuar no caminho da redução deste imposto, medida que a CDU sempre defendeu ao longo dos anos e coerentemente continuaremos a defender o que

sempre temos defendido nesta Assembleia, pelo que recomendamos que a taxa de IMI seja reduzida para 0,30% .-----

---As receitas provenientes deste imposto comprovam a nossa razão que aliada à situação da grande fragilidade económica de milhares de munícipes, tal permitiria que os pequenos e médios proprietários pudessem ver atenuadas essas mesmas dificuldades. Estas prerrogativas legais podem e devem ser encaradas não apenas como instrumentos da política financeira dos municípios, mas sobretudo como instrumentos das suas políticas demográficas e habitacionais.-----

---Por outro lado, um abrandamento da carga fiscal sobre os imóveis poderia contribuir para atrair população a fazer a sua vida na cidade e, também, para conter a saída das camadas jovens para áreas periféricas ou outros concelhos invertendo a tendência que se verifica atualmente.-----

---Existem outras possibilidades para obtenção de receitas menos onerosas para os cidadãos e que continuarão a assegurar a necessária gestão da despesa do município que não passe obrigatoriamente por honrar cada vez mais os cidadãos.-----

---É importante lembrar que o país atravessa uma crise económica/financeira que se caracteriza entre outros aspetos, por um crescimento das taxas de juros e respetivos encargos na compra de habitação própria, e que os empréstimos e as suas obrigações acabam por significar um crescente endividamento das famílias. Assim, e como forma de poder ajudar, de facto, uma camada da população que continuará a sofrer em 2024 com o aumento do custo de vida, a CDU defende que a diminuição em 4 centésimas do IMI não só seria positiva para toda a população como seria comportável no orçamento da Câmara Municipal. Tal entendimento, porém, não está refletido na proposta apresentada pelo executivo, e assim sendo, a mesma não terá o voto favorável da CDU.-----

---Relativamente à Derrama Municipal do IRS, a nossa postura também tem sido a da coerência. Defendendo a redução de impostos sobre quem trabalha, sobre os rendimentos mais baixos e intermédios, mas também sobre as micro, pequenas e médias empresas, tributando adequadamente o grande capital. -----

---Temos vindo apresentar uma proposta de recomendação para que seja criado um terceiro escalão que seria tributado a taxa máxima de 1,5% para as pessoas coletivas, cujo volume de negócio se situa acima dos 500 milhões de euros. Este executivo não tem considerado a nossa sugestão, mas a verdade é que a tributação estaria em conformidade com o potencial económico destas empresas que não pode ser comparada às empresas com menor alcance económico.-----

---As micro, pequenas e médias empresas, são a base do tecido empresarial português, muito particularmente no nosso concelho e representam uma grande parte do emprego e da atividade económica.-----

---Defendemos uma política fiscal mais justa, mais progressiva, que alivie os impostos sobre os rendimentos no trabalho, e sobre as micro, pequenas e médias empresas, e que aumente a tributação sobre os mais elevados rendimentos e património.-----

---O aumento da progressividade do IRS beneficiando as micro, pequenas e médias empresas, e tributando de forma mais adequada os lucros milionários dos grupos económicos converge com esse objetivo.-----

---Pelo exposto, o grupo Municipal da CDU também votará contra esta proposta em discussão.-----

---Relativamente ao imposto de participação do município no IRS, o IRS é um imposto único sobre os rendimentos dos agregados familiares, de taxa progressiva e que apesar das distorções introduzidas pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, traduz alguma aproximação a princípios de solidariedade e justiça fiscal. -----

---A atual lei das finanças locais atribuiu aos municípios, em cada ano, uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, cabendo à Câmara Municipal a faculdade de prescindir de tal participação revertendo, nesse caso, tal benefício para os contribuintes. O facto, é que perante esta lei fortemente penalizadora para as autarquias, esta possibilidade em concreto imputa às Câmaras o ónus da incapacidade do governo em solucionar os problemas mais básicos da população. -----

---O desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o governo e a Assembleia da República tem obrigação de dar resposta, seja pela revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à coleta. Não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente de concelho para concelho ao sabor das necessidades financeiras da vontade política ou de meras opções de cada município, sejam elas demagogias ou de oportunismo político. Muito menos faz sentido, que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios pela redução, ainda que voluntária, da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.-

---Ora, tal não nos parece justo, já que as populações estão sempre carentes de investimentos centrais e municipais, mas se os impostos devidos não são arrecadados ou se sofrem cortes por iniciativa dos municípios, as populações é que são afetadas o que não é razoável.-----

---Por isso, e para que fique claro, no que respeita à proposta em discussão, a CDU não segue o executivo na tendência da descida do IRS que não há muito tempo passou a taxa de 5% de IRS que lhe cabe para 4,5%. Sejamos claros, esta prerrogativa deve ficar no estado central de modo a que não se verifiquem desarmonia territorial no que aos impostos diz respeito. Não pode haver aqui cidadãos de primeira nem de segunda. -----

---No respeito dos argumentos apresentados, a CDU também votará contra a proposta apresentada. -----

---**ELISA COSTA (PS)** - A estrutura financeira dos municípios, ao nível das receitas, contempla uma fatia muito importante relativamente aos impostos, com uma relevância muito significativa e cujo montante depende das decisões do próprio município. Se isso traz algumas desvantagens que a Deputada aqui já enunciou, nomeadamente as disparidades enormes que existem entre concelhos no nosso país, criando desigualdades entre os cidadãos, por outro lado o Partido Socialista discorda do tom centralista aqui imposto e pronuncia-se a favor daquilo que são a descentralização, daquilo que é a descentralização fiscal. -----

Ao analisarmos os mais relevantes impostos municipais, podemos perguntar: qual é a política municipal da maioria que nos governa há 23 anos, julgo eu, foi em 2001, portanto 22 anos?-----

---Outra pergunta também relevante: que motivações estão por trás desta política fiscal? É outra pergunta que nos interessa.-----

---São legítimas estas perguntas, são pertinentes, porque é o decisor local que tem o poder de tributar fiscalmente todos nós o seu eleitorado, as pessoas que ganham 500 euros, que ganham 400, que ganham 1 milhão. E, por outro lado, daí origina uma consequência muito importante que é: mais dinheiro ou menos dinheiro para o município. E, portanto, por consequência, mais dinheiro ou menos dinheiro para os eleitores. -----

---À cerca da Derrama, se analisarmos o Ofício nº 20250, chegamos facilmente à conclusão que Famalicão tem uma política um tanto quanto estranha, relativamente à Derrama. Na verdade, situa a tributação em 1.20, quando muito dos concelhos similares a situam, e até vizinhos, a situam no 1.50. Mas, por outro lado, tem muito pouco relativamente àquilo que são as isenções. A isenção da Derrama começa nos duzentos e

cinquenta mil euros, e não tem mais condições nenhuma. Não, até duzentos e cinquenta mil euros, foi justamente... não, foi o que eu disse ou se não foi o que eu disse, foi o que eu quis dizer, até duzentos e cinquenta mil euros. O que se passa aqui, é que as microempresas são taxadas, e que têm lucros de quarenta mil, de cinquenta mil euros, são taxadas ao mesmo nível que as empresas grandes. E, por outro lado, as empresas que têm duzentos e cinquenta e um mil euros de lucro tributável são taxadas exatamente ao mesmo imposto que as que tem um milhão ou dois milhões, ou três milhões, que elas existem no nosso concelho. O que cria uma situação de desigualdade e de injustiça fiscal muito forte. Todavia, se nós podemos considerar o nosso município amigável das médias e grandes empresas, e até enfim das pequenas, já não podemos dizer o mesmo das famílias. As taxas de IMI, como aqui já foi referido, situam-se no 0,34, quando há mais de 20 anos também que o Partido Socialista reclama em sede da Câmara Municipal e desta Assembleia a redução do IMI. -----

---O IRS, por outro lado, apenas nos beneficia 0,5% quando poderia ser mais ambicioso. E porquê que poderia? Porque Famalicão tem gente, tem cerca de 132 mil cidadãos, e tem empresas, empresas que geram lucros muito significativos naquilo que é a economia local e, portanto, na receita fiscal do município. Porquê esta política fiscal? Podemos perguntar.

---Volto à minha pergunta inicial. Podemos dizer que é uma marca política da ideologia, ideológica, digo eu, é uma marca liberal. Podemos perguntar e colocar como hipótese que é folga eleitoral. Está comprovado por estudos de natureza científica que nos municípios onde as maiorias que nos governam dispõem de maioria, lá está, da tal maioria, atendem a ter políticas fiscais mais pesadas porque não sentem tanta pressão fiscal sobre... pois, é isso mesmo. -----

---Mas, não é de maiorias que nós estamos a falar aqui nem de minorias, estamos a falar da qualidade de vida dos cidadãos e do que pagam todos os meses. E creio que isso é o argumento mais relevante para os cidadãos famalicenses. -----

---Claro está que a maioria pode decidir aquilo que muito bem entende. Aquilo que nós aqui questionamos é: que tipo de política fiscal é que interessa aos famalicenses? -----

---Sei que ela é defendida por uma maioria que está instalada no poder, se é aquela que facilita e favorece a vida dos cidadãos. -----

---O Partido Socialista continuará, portanto, a propor, e continua hoje a fazê-lo, uma política fiscal que considere mais o elevado número de residentes e de empresas. As possibilidades imensas de receita fiscal do concelho, que deixam uma manobra, um espaço confortável para a desoneração fiscal. Que considere de uma forma mais consistente e célere - parece uma máquina pesada - os ciclos económicos de crise e prosperidade, porque reage muito lentamente e quando pressionado. E, portanto, que tenha em conta que há muitos, muitos cidadãos famalicenses que ganham 750€/800€ por mês, e que ganham 900 e 1.000 e que pagam casas e que têm pequenos negócios e que são, no fundo, pequenos empresários proletarizados. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Sempre o dissemos e hoje voltamos a reafirmá-lo, que há três grandes objetivos que devem presidir à definição das políticas fiscais municipais: estabilidade fiscal, equidade intergeracional e competitividade fiscal. -----

---O objetivo da estabilidade fiscal recomenda que salvo razões ponderosas, as taxas aplicáveis aos diferentes impostos locais não devem sofrer oscilações abruptas. Por que? Porque só dessa forma é possível conferir maior confiabilidade às famílias e sobretudo às empresas no seu planeamento fiscal, circunstância que assume relevante interesse no domínio dos projetos de fixação ou de expansão empresarial. -----

---Por seu turno, o objetivo da equidade intergeracional determina que, na definição das políticas públicas, deva estar sempre presente o necessário equilíbrio entre os encargos e os benefícios acometidos a cada geração, não sendo aceitável sobrecarregar umas em benefício das outras.-----

---Por fim, com o objetivo da competitividade fiscal, o que se procura é que as políticas fiscais municipais, sem prejuízo naturalmente do seu propósito retributivo de riqueza, possam se assumir igualmente como um incentivo extra ou complementar à fixação de populações e de empresas.-----

---Ora, que o objetivo de estabilidade fiscal tem sido alcançado em Vila Nova de Famalicão, parece-nos absolutamente incontestável.-----

---Nos últimos 22 anos, não há uma única taxa de Imposto Municipal que haja subido. E não faltam exemplo de taxas de impostos municipais que desceram. Em jeito de registo histórico, recordo que em 2021 os famalicenses pagaram menos IRS por via da redução da taxa de 5% para 4,5%.-----

---Em 2021, os famalicenses com filhos a seu cargo pagaram menos IMI por força do alargamento da base do IMI familiar. Em 2021, as empresas pagaram menos Derrama aplicado aos seus lucros por força do alargamento da isenção de 150 para 250.000 euros da base tributável.-----

---Em 2023, os famalicenses pagaram menos IMI por força da redução da taxa em 0,01%. Que o objetivo da equidade fiscal tem sido alcançado, também nos parece absolutamente incontestável. Aliás, nunca ninguém nesta sala ousou dizer que deveríamos subir os impostos municipais com o argumento que se não o fizéssemos estaríamos a sobrecarregar as gerações futuras.-----

---Finalmente, que o objetivo da competitividade fiscal tem sido alcançado, também nos parece absolutamente incontestável.-----

---Se usarmos como termos de comparação os municípios do quadrilátero, porque nos parece ajustado que essa comparação se faça com aqueles, ou seja, Braga, Guimarães e Barcelos, somos forçados a concluir que, neste momento, só Braga tem uma taxa de participação variável do IRS inferior à de Vila Nova de Famalicão. Neste momento, só Barcelos tem uma taxa geral de Derrama mais baixa que Vila Nova de Famalicão, circunstância que é, porém, contrariada pelo facto de dispormos de uma base de isenção do pagamento deste imposto que é quase o dobro. Já agora, aqui, referência para declarações ou para afirmação da Senhora Deputada, Elisa Costa, que reconheceu exatamente a bondade da política fiscal do município relativamente às empresas. -----

---Neste momento, em matéria de taxas de Vila Nova de Famalicão está praticamente em linha com os restantes identificados municípios. -----

---Somos de facto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, somos de facto o município fiscalmente atrativo, e a confirmá-lo importa assinalar, por exemplo, que Vila Nova de Famalicão não tem perdido empresas para outros municípios. Pelo contrário, tem conquistado empresas de outros municípios, e tem atraído investimento internacional e/ou investimento de outras latitudes que eu me dispenso a enumerar. -----

---É também interessante notar que em matéria de população, comparando os censos 2021 com os 2011, Vila Nova de Famalicão perdeu população. É um facto. É um facto! Mas perdeu menos população em geral, perdeu menos população jovem, ou seja, entre os zero e os catorze anos e perdeu menos população na faixa etária entre os quinze e os sessenta e quatro anos, por exemplo, que comparativamente com os municípios de Guimarães e de Barcelos. Somos derrotados nesta comparação com Braga, mas aqui há um fenómeno de imigração que seria importante trazer à coação. Ora, esta circunstância em termos de demografia não pode ser descorada quando queremos aferir da atratividade dos territórios.

---Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Partido Socialista que neste debate procurou se arvorar como o maior enalto da redução de impostos, ainda que, digamos, com o menor fulgor de outros tempos, defendeu igualmente que deveríamos ir mais longe. A primeira parte da afirmação é curiosa, para não dizer que é absolutamente extraordinária, a não ser que hajam dois Partidos Socialistas, um em Lisboa outro em Vila Nova de Famalicão, um maioritário na Assembleia da República, um minoritário na Assembleia Municipal, um no largo do Rato e outro na Rua S. João de Deus. Não há, que eu saiba, não há dois partidos. Ora, o Partido Socialista está há quase oito anos, está, não está quase, está há oito anos no governo e nunca, como nestes oito anos, o estado arrecadou tanto em impostos. -----

---Entre os anos de 2016 e 2023, os cofres do estado encaixaram 100.000 milhões de euros só em IRS! 100.000 milhões de euros só em IRS! E, por isso, é que nós somos o nono país da OCDE com a maior carga fiscal sobre os rendimentos. E somos, infelizmente, o sexto país da União Europeia com maior esforço fiscal. E batemos ano após ano, ano após ano sucessivos máximos históricos de carga fiscal. E esta circunstância, esta circunstância pode, esta circunstância deve ser trazida para este debate desde logo por uma questão de legitimidade política. Mas há razões adicionais para trazer também este debate para esta sala. Desde logo porque as autarquias locais são também elas pagadoras de impostos. É que as autarquias locais pagam impostos! Ora, nós não temos visto o Partido Socialista defender essa redução de impostos, que tenham como sujeito passivo, exatamente os municípios. -----

---veja-se o que aconteceu na recente votação da proposta do orçamento de estado para 2024. A maioria absoluta do Partido Socialista chumbou a proposta do PSD para a redução de 23% para 6% do IVA nas empreitadas das empresas municipais e intermunicipais no setor da água, saneamento e resíduos. A maioria absoluta do Partido

Socialista chumbou as propostas do PSD e do PAN para a redução da taxa de IVA nas refeições escolares para 6%. A maioria absoluta do Partido Socialista chumbou as propostas do PSD e do Livre, visando a aplicação da taxa reduzida de 6% à iluminação pública. E a maioria absoluta do Partido Socialista chumbou as propostas do PSD, da Iniciativa Liberal e do Partido Comunista Português para a eliminação da contribuição do audiovisual para as instalações de fornecimento de energia elétrica que não tenha possibilidade de ter o respetivo serviço público de radiofusão e de televisão. -----

---Para aqueles que não saibam, os semáforos em Vila Nova de Famalicão pagam taxa audiovisual. Para aqueles que não saibam, os contadores de rega pagam taxa audiovisual em Famalicão e no resto do país. -----

---Ora, todos estes impostos, todos os impostos que aqui vos estive a falar, representam centenas de milhões de euros! Centenas de milhões de euros. Impostos que se fossem desagravados criariam seguramente e objetivamente condições para uma redução dos impostos locais, que o Partido Socialista exige em Vila Nova de Famalicão, mas obstaculiza em Lisboa. -----

---Mas, em Lisboa, a maioria absoluta do Partido Socialista vai mais longe, e apropriou-se de receita fiscal que até aqui era única e exclusivamente dos municípios. Sabem do que é que eu estou a falar? Estou a falar do IUC, do imposto único de circulação. A partir do dia 1 de janeiro do próximo ano, o estado vai-se apoderar de 30% da receita municipal relativa à categoria A, que até aqui era única e exclusivamente dos municípios. Estamos a falar da sonegação de dezenas de milhões de euros aos municípios. Dezenas de milhões de euros aos municípios. -----

---Mas, há mais exemplos, mais exemplos de decisões, ou ausência delas, do Governo da República que penalizam as autarquias e os cidadãos. Veja-se o novo tarifário aplicado pela Resinorte e validado pela ERSAR. Em 2021 a Resinorte pelo tratamento de resíduos

cobrava à Câmara Municipal de Famalicão 34€ por tonelada. O valor subiu para 43€ em 2022, 53€ em 2023, e a previsão para 2024 é de 65€. Contas feitas, em apenas 3 anos, o valor a pagar pelo tratamento de resíduos em Vila Nova de Famalicão subiu 90%, o que equivale o acréscimo de 1.250.000,00€, 1.250.000,00€ que a Câmara tem duas alternativas: ou acomoda no seu orçamento, ou cobra aos cidadãos. A Câmara acomodou até agora no seu orçamento. É um milhão e duzentos e cinquenta mil euros! Portanto, o governo... aliás, recorde-se também que o governo até prometeu atenuar, enfim, esta dificuldade dos municípios e disse solenemente: “Tenham calma, nós vamos devolver 30% que os municípios gastam na taxa de gestão dos resíduos”. Até hoje! Até hoje! Nada que surpreenda.-----

---Senhor Presidente, Senhores Deputados, a política municipal fiscal alcança, como já referi, aqueles três objetivos. Isso não significa que nós não possamos ter a ambição de ir mais longe. E nós temos essa ambição e o histórico comprova-o. E, por isso, por isso é que, não querendo agora aqui discorrer, até porque não tenho tempo para tanto, sobre aquilo que o município tem gasto naquilo que são responsabilidades da administração central e que se computam em dezenas de milhões de euros, que são valores muito superiores a qualquer redução de taxa que hoje aqui possa legitimamente ser defendida, a verdade é que, os famalicense sabem que o seu dinheiro, o dinheiro dos seus impostos chega às famílias. Chega às famílias mais desfavorecidas. Chega aos grupos mais vulneráveis. E sabem também que o dinheiro dos seus impostos é aplicado, é investido na melhoria da sua qualidade de vida. Os famalicense sabem que o dinheiro dos seus impostos é investido no presente e é investido no futuro, do seu futuro, e dos seus. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Eu só gostaria de fazer duas ou três referências face à última intervenção do Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira. -----

---Há uma coisa me agrada em si, há uma coisa que não me agrada tanto. A que me agrada, é a emotividade que coloca no debate político e a forma elevada como faz. A que não me agrada tanto, é a utilização de temas não municipais para, em certa medida, desviar o assunto. -----

---Ora, naturalmente que a reação seria essa. Naturalmente que a reação seria essa, mas tanto quanto me recordo, quando entrei na sala dizia: Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão. E, portanto, se me permitem, eu recorro um bocadinho os pontos, os pontos. E, portanto, sinto um bocadinho esta dicotomia entre agradabilidade da emotividade e da forma como coloca as coisas, mas depois dou por mim a pensar: mas não é isso que estamos a discutir e, portanto, se me permite... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** -
Senhores Deputados, silêncio, por favor, sim?-----

---**RICARDO VALE (PS)** - Poderá ser isso que porventura queiram discutir, mas não é isso que está na convocatória. Se me permitem, coloco desta forma. -----

---Ora bem, só duas ou três notas face às questões mais municipais. -----

---O Senhor Deputado deu nota que os famalicense pagaram menos IMI por redução da taxa. Ora, esta frase dita assim revela que os famalicense pagam em percentagem, o que não é verdade. Ou seja, eu penso que deve ficar claro, para os famalicense, que os famalicense pagaram mais IMI, no sentido em que a quantidade de euros cobrado aumentou. Logo, o valor do IMI aumentou, significa que os famalicense pagaram mais porque os famalicense pagam em euros não pagam em percentagem. Ainda que, tenha existido uma redução de taxa, são coisas diferentes, o valor pago é valor em euros, que resulta de uma aplicação de uma determinada taxa que reduziu em 0,1%. E, portanto, eu acho que a forma como se colocam as coisas é relevante. Portanto, os famalicense pagaram mais IMI, ainda que com uma redução de 0,1% na taxa, são coisas diferentes. -

---Uma segunda nota, para... quando afirmou que Famalicão consegue captar, reter, investir (*falha na gravação*) empresarial. Sim, é verdade. O investimento empresarial acontece em Famalicão, e quando estava a discorrer sobre isso, eu lembrei-me do LIDL que estava em Ribeirão. E, que penso, que terá ido para Santo Tirso, o que significa que... percebo o enquadramento da frase que o... o enquadramento que deu à frase, não se pode é aplicar na sua totalidade e na sua plenitude como pretendeu passar a mensagem. Isso, também é importante que os famalicenses entendam. -----

---Do ponto de vista de estabilidade fiscal, se eu entendi, estabilidade na perspetiva de arrecadar receita, a estabilidade fiscal, no nosso entendimento, pode resultar por uma manutenção de taxa e/ou pode resultar também por uma manutenção e um ligeiro aumento da cobrança em euros. E, portanto, é importante nesta discussão, para que fique claro, aquilo que resulta do que é pago que é em euros, daquilo que resulta do cálculo que é feito que é em percentagem. E, portanto, estabilidade fiscal poderá ser valorizada naquilo que pretendeu passar (manutenção de taxa) ou na sua aplicação em e respetivo resultado em euros. -----

---E, basicamente, eram estas três notas de âmbito mais local e não tanto nacional que eu pretendia passar. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Procurando responder às questões que foram colocadas ou às dúvidas que foram suscitadas pelo Senhor Deputado, dizer duas coisas: eu julgo que o Senhor Deputado fez uma... julgo que está a confundir duas coisas. Uma coisa é o imposto outra coisa é a arrecadação desse imposto. Mesmo que a receita fiscal aumente, se eu diminuir a taxa, cada um individualmente paga menos, mas no total pode haver um pagamento superior. -----

--- Deixe-me dar-lhe a segunda explicação. Essa é a primeira nota, a segunda nota é o seguinte: é evidente, Senhor Deputado, se o prédio for reavaliado há um aumento do imposto, mas essa reavaliação não foi a Câmara que ordenou.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Senhores Deputados! Senhores Deputados! Quem quiser falar, inscreve-se, por favor! --

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Em terceiro lugar, portanto, não foi a Câmara que procedeu essa reavaliação, ela decorre naturalmente. Depois, para aumento da receita, também fiscal, que é uma realidade, em Vila Nova de Famalicão e nos 308 municípios do nosso país, não há nenhum município do país que tenha tido uma redução da receita fiscal arrecadada em termos de IMI. Não há nenhum. Não há nenhum, Senhor Deputado! Podem conferir porque não há mesmo nenhum. E não há nenhum, pelas razões que eu já invoquei, um tem a ver com a reavaliação dos imóveis, e um outro tem a ver exatamente com o licenciamento de imóveis. Se há construção nova... Vila Nova de Famalicão está nos cinco municípios com maior número de licenças emitidas no ano de 2022, dados da PORDATA e do Instituto Nacional de Estatística, é evidente que vai resultar daqui um aumento de receita. E, portanto, os famalicenses não pagaram mais, pagaram menos. Ainda que essa receita possa ter sido superior. -----

---Quanto à questão, eu temo não ter percebido, porque estava numa conversa lateral e peço-lhe desculpa por isso. Relativamente à saída de empresas e à entrada de empresas, eu não enumerei nenhuma empresa, mas vou deixar aqui dois exemplos ou três: a Pafil - Clothing Industry, que era de Barcelos e que veio para Famalicão. A FACOL, que era de Guimarães e veio para Famalicão. A Manuel Fernando Azevedo que era de Santo Tirso e veio para Vila Nova de Famalicão.-----

---Quanto à questão da estabilidade fiscal, se bem me recordo, foi uma outra questão que colocou, a estabilidade fiscal não tem a ver com a arrecadação da receita, tem a ver é com

a manutenção das taxas de imposto que não devem sofrer alterações abruptas, a não ser que o justifique porque essa é a única forma de manter uma certa estabilidade, uma certa confiabilidade que é absolutamente crucial para o planeamento fiscal, nomeadamente das empresas. -----

---RICARDO VALE (PS) - Só um apontamento muito rápido para de facto dar nota que, agora percebi o que pretendeu dizer. O que disse foi: “pagaram menos IMI”. O que quis dizer foi, e agora disse-o de forma clara, que individualmente pagam menos. Ora, os famalicense pagaram menos IMI não é a mesma coisa do que dizer: os famalicense individualmente pagam menos IMI. E isto... peço desculpa, peço desculpa, o português conta, conta, sobretudo, quando se pretende passar uma mensagem de seriedade na discussão política. -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Ó Senhor Deputado, eu vou devolver-lhe a afirmação. O Senhor Deputado diz que os famalicense pagaram mais impostos. Portanto, o Senhor também deveria dizer, em abono da verdade e do rigor, semântico e linguístico que exige aqui ao PSD, que os famalicense no seu todo, nomeadamente aqueles que compraram casa a semana passada ou um ano atrás, ou dois anos atrás, e aqueles que viram os seus imóveis reavaliados, seja por uma reavaliação geral, seja a pedido do próprio, seja por imposição da autoridade tributária pagaram mais impostos. Também ficou isso em falta. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO - Vamos votar em conjunto todos os pontos do ponto dois da ordem de trabalhos. Diga Senhor Deputado. -----

JORGE COSTA (PS) - Nós temos diferentes posições de voto quanto aos pontos 2.1, 2.2... -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

O Senhor Deputado pede a votação em separado.-----

---Eu vou dar a palavra ao Senhor 1º Secretário da Mesa, tendo em conta a Comissão Permanente...-----

---1º SECRETÁRIO DA MESA, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA - Senhores Deputados, como eu expliquei em sede de Comissão Permanente, isto parece-me óbvio, mas a Câmara é que me pode corrigir. Ou seja, quando a Câmara faz uma proposta relativamente ao IMI e relativamente ao ponto dois, ponto um, ponto dois, ponto três e ponto quatro, faz uma proposta integrada. Se se quiser discutir em separado, o proponente tem que aceitar. A Câmara Municipal tem que aceitar que se discuta em separado. Portanto, e agora, o Partido Socialista pode efetivamente fazer a proposta, mas a Câmara cabe aceitar ou não. Isto, porquê? Porque é óbvio que o orçamento é um orçamento integrado. Se eu subo uma taxa de IMI reduzo outra, a Câmara pode não ter interesse porque a receita não é a mesma. Portanto, isto é uma proposta integrada. Portanto, se o Partido Socialista quiser fazer a proposta, desde que a Câmara Municipal aceite, pela Mesa tudo bem.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Não sei se o Partido Socialista pretende fazer alguma proposta. Tem a palavra. Faça favor. Terá que ser por escrito. Normalmente é por escrito, mas... tem a palavra.-----

---JORGE COSTA (PS) - Um dia destes eu escrevo-lhe, Senhor Presidente.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Não, Senhor Deputado, vai escrever agora.-----

---JORGE COSTA (PS) - É?! É?! Então quer que eu escreva?! Vai suspender a Assembleia?!-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

O que o Senhor quiser. Está suspensa, faça o favor de escrever.-----

---Senhor Deputado, pedia-lhe que aguardasse que as pessoas... que os senhores deputados entrassem para fazer a apresentação e ficar o requerimento arquivado à proposta.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor Presidente, se a proposta é por escrito mão a vou ler, leia-a vossa excelência, se assim entender. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhor Deputado, se eu não ler a sua... se eu não perceber a sua letra não a vou ler.-----

---Senhor Deputado, não percebo a sua letra, lamento imenso, não consigo ler a sua letra. Então, olhe, fica sem proposta. Basta-me olhar para lhe dizer que não consigo ler. Não consigo ler! Lamento imenso! -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Mas, o Senhor não pediu por escrito?-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Pedi, e o Senhor Deputado vai apresentá-la como o Senhor Deputado apresenta votos no período do antes da ordem do dia. Apresenta por escrito e não deixa de os apresentar, pois não? -----

---A razão do documento escrito é só uma, Senhor Deputado. Isto é uma proposta orçamental. As propostas orçamentais quando há alterações, como sempre se sucedeu, tem que ficar qualquer pedido de alteração, porque tem uma implicação orçamental, tem que ficar em apenso. Daí, o facto de a proposta ser por escrito. Senhor Deputado, eu não tenho obrigação nenhuma de perceber a sua letra e de facto não percebo. Nem que queira, nem que queira, e, portanto, o Senhor... o Senhor Deputado ouviu o que eu disse? A proposta vai ficar arquivada junto à proposta da Câmara Municipal. Portanto, o Senhor Deputado faça o favor de apresentar a proposta se quiser.-----

---Pronto, não apresenta! Senhores Deputados, nada a fazer. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Excelentíssimo... isto vai aos sítios certos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 configuram diferentes matérias, umas de isenção, outras de incidência pela diferença subjacente. Sempre necessitarão e merecerão uma votação na especialidade. -----

---Apenas da perspectiva da receita se compreende a proposta como agregada, mas votar ora taxas de incidência, ora situações de isenção como se fossem a mesma realidade jurídica é completamente ilícito, é completamente ilícito sem ponderar a possibilidade de tomada votação em separado. -----

---Em razão do que antecede e porque na convocatória também estas matérias foram separadas em realidades, de acordo com realidades subjacentes, o PS requer a votação em separado de cada uma delas. -----

---**1º SECRETÁRIO DA MESA, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - Senhor Deputado, esta proposta é feita pela Câmara Municipal. Não tem qualquer intervenção da Assembleia Municipal. Esta proposta é feita por um órgão colegial da qual faz parte Vereadores do Partido Socialista, do PSD e do CDS. E na Câmara Municipal fez-se a votação conjunta. A Assembleia Municipal não pode separá-la a não ser que o proponente assim o aceite. Cabe à Câmara Municipal dizer se aceita ou não aceita. O Senhor Presidente de Câmara agora assim o dirá. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhor Presidente da Câmara Municipal, queria perguntar a vossa excelência se aceita a proposta feita pelo grupo Municipal do Partido Socialista ou não? -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - A Câmara Municipal apresentou a proposta nos termos... aliás, nos mesmos termos que tem decorrido ao longo de muitos anos. E, portanto, não encontra nenhum fundamento para se alterar a trajetória que se vem seguindo. Portanto, não aceita. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Não sei se o Grupo Municipal do Partido Socialista pretende recorrer da decisão da...
pretende recorrer. Muito bem. Vamos então... -----

---A decisão da Mesa é de indeferir a pretensão do Senhor Deputado. De outra forma não
lhe daria... não teria legitimidade ativa para recorrer, evidentemente. -----

---JORGE COSTA (PS) - Tem sido apanágio desta maioria uma ditadura que está a
roçar completamente a situação da ilicitude. Da perspetiva do PS não se votam situações
de isenção com situações de incidência. São duas realidades tributárias diferentes, são
duas coisas que não tem nada a ver uma com a outra. Querem meter tudo no mesmo saco.

---Pedimos que ficasse claro a pronuncia do partido sobre cada uma destas situações. Ora
daquilo que os famalicenseiros vão ter direito em isenção, que o PS está a favor, e se
separasse daquilo que os famalicenseiros vão ter que pagar por incidência que o PS está
contra.-----

---A Câmara quer disfarçar/dissimular isto, mas não será com a nossa complacência. Está
na vossa consciência perceber que, aquilo que eu vou pagar não se confunde nunca com
aquilo que eu vou ter direito à isenção. -----

---A votação será aquela que entenderem. Eu gostava de ouvir a pronuncia dos outros
grupos municipais.-----

---1º SECRETÁRIO DA MESA, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA - Eu pedia a palavra só
para defesa da honra. Da minha honra, ok? -----

---Senhor Deputado, há coisas que eu não admito, e quem esteve na reunião da Comissão
Permanente sabe que eu expliquei isto. Nenhum dos membros pôs qualquer óbice nem
obstou isso e disse que percebeu. Está gravado. Porque, como é óbvio, e não vamos aqui
fazer demagogia política, eu expliquei muito bem esta questão. E para que todos os
famalicenseiros percebam e esta Assembleia perceba, o Senhor Presidente e a Câmara

Municipal fazem um orçamento provisional - obviamente que lhe interessa fazer um orçamento em conjunto - se aumenta a isenção, vai ter que aumentar a taxa porque é para lhe dar a mesma receita. A Câmara Municipal interessa-lhe que a proposta seja global ou não. Pelos vistos o Senhor Presidente não lhe interessa fazer a votação em separado porque interessa que a receita seja global. Eu acho que todos percebem isto. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Senhores Deputados, vamos votar. O recurso é de uma... eu não vou dar a palavra a mais ninguém por uma simples razão, porque há um requerimento que é apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. Há uma decisão da Mesa. O recurso é da decisão da Mesa. A Mesa vai, por isso, pôr à votação, e, já agora, com esta nota, que não precisa defesa da honra no que me respeita, porque não, enfim, não ofende quem quer. Em ditadura não se vota. Nesta Assembleia Municipal a democracia exerce. Exerce na expressão de cada um, livre, através desse voto. E, portanto, a democracia vai ter lugar uma vez mais em Vila Nova de Famalicão. Não há ditadura de maioria, seguramente também não há ditaduras de minorias. E, por isso, eu vou pôr à consideração este requerimento do Partido Socialista. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O RECURSO DO PARTIDO SOCIALISTA, FOI O MESMO REJEITADO, COM OS VOTOS CONTRA O RECURSO DO PSD, DO CDS/PP, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM O VOTO A FAVOR DO RECURSO DO PS DO PS E ABSTENÇÃO DO CHEGA. -----

---JORGE COSTA (PS) - Senhor Presidente, quero apresentar uma declaração de voto.

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Vai apresentar por escrito, Senhor Deputado.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - A maioria do PSD/CDS continua a impor em Vila Nova de Famalicão uma ditadura, pretendendo com esta manigância esconder a proposta dos Vereadores do PS de baixar a taxa do IMI. Mas ficou clara para todos a posição do Partido nesta matéria. -----

---É este o motivo porque fizemos este recurso e pretendíamos a votação em separado. --

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Vamos então votar em conjunto todo o ponto dois da ordem de trabalhos em cada uma das suas alíneas. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2023, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2024: -----

---DOIS PONTO UM - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,34% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA; -----

---DOIS PONTO DOIS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

---DOIS PONTO TRÊS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR

A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO; -----

---DOIS PONTO QUATRO - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA DELIBERADA POR MAIORIA, APROVAR, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E OS VOTOS CONTRA DO CHEGA E DA CDU. -----

*---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Senhor Deputado?!-----*

---JORGE COSTA (PS) - Apresentar declaração de voto. -----

*---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Faça o favor. -----*

---JORGE COSTA (PS) - O PS absteve-se, mas regista a intenção contra de votar contra quanto à não descida da taxa do IMI apenas não expressa em votação pelo impedimento da maioria em votar em separado o conjunto das matérias.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Vamos, então, agora votar o ponto três da ordem de trabalhos.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE:-----

---TRÊS PONTO UM - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO
TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2023;

---TRÊS PONTO DOIS - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE
ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE
DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO; -----

---TRÊS PONTO TRÊS - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO
DE 2023, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO
SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO Nº 22 DO ARTIGO 18º DA LEI Nº
73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS
DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA DELIBERADA POR MAIORIA,
APROVAR, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES
PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E OS
VOTOS CONTRA DO CHEGA E DA CDU. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO - E
vamos, agora, votar o ponto quatro.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A TAXA
DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS
SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO
TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE

AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2024. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA DELIBERADA POR MAIORIA, APROVAR, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E OS VOTOS CONTRA DO CHEGA E DA CDU. -----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2024, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. ----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -
Prescindiu de dar qualquer esclarecimento. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - A aplicação de uma taxa municipal sobre direito de passagem foi sempre reivindicada pelos diferentes municípios através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas para ser suportada pelos respetivos operadores, fornecedores de serviços, através da rede instalada. -----

---Os sucessivos governos assim não o têm entendido, e continuam a dar seguimento a uma lei que transferiu das empresas operadoras para os consumidores o encargo do pagamento dessa mesma taxa. Ao mesmo tempo, continuamos a assistir à divulgação dos lucros escandalosos dessas empresas, a esmagadora das famílias portuguesas continua a sofrer o agravamento crescente do custo de vida. -----

---O ponto em discussão propõe a fixação desta taxa em 0,25% sobre o valor da fatura de cada cliente residente no nosso concelho, ou seja, o valor máximo permitido por lei. ----

---Em completa discordância, entendemos que esta taxa deve ser paga pelos fornecedores dos serviços e não pelos clientes/consumidores. Temos mesmo o entendimento de que

esta Câmara deveria abdicar da aplicação dessa taxa, cujos proveitos não são expressivos para os cofres municipais, mas que em muito penalizam as famílias do nosso concelho. -
---Neste seguimento, a posição que tomamos é idêntica à já assumida em anos anteriores. A nossa discordância expressa pelo nosso voto contra. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2024, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA DELIBERADA POR MAIORIA, APROVAR, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E OS VOTOS CONTRA DO CHEGA E DA CDU. -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2024 E PROPOSTA ANEXA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –
Algumas notas porventura um pouco longas.-----

---Relativamente a estas Grandes Opções do Plano para o ano de 2024, desde logo para sinalizar que é o nosso maior orçamento da nossa história, mas, mais que isso, também vai corresponder ao nosso enorme desejo, quanto à nossa ambição que temos ainda para este mandato. -----

---Como é sabido, o cumprimento dos nossos compromissos situa-se na casa dos 80%, mas nós, obviamente que queremos ir muito mais além dos 20% que faltam e, obviamente que vou tentar explicar, e com certeza vão perceberem bem, o desejo desta enorme

ambição que temos por via deste orçamento para Famalicão e para os famalicenses, claro está.-----

---Começo pela habitação: e começo pela habitação porque vamos iniciar uma trajetória cujos investimentos vão ser os maiores da nossa história, também, nesta área da habitação, conforme está vertido no plano e orçamento. Desde logo, na concretização da aquisição de habitações, de um processo formal que já se iniciou e que está para se concretizar brevemente. -----

---A reabilitação de um conjunto de habitações que estão sinalizadas, nomeadamente em Oliveira São Mateus, e que vamos evoluir no próximo ano para a sua concretização. ----

---A construção de novas habitações por parte da Câmara Municipal, cujos projetos estão em desenvolvimento, e, cujo processo será de construção/concessão de novas habitações.

---O projeto arrendar para subarrendar, como é sabido, há sempre défices associados e, portanto, também temos acomodado no orçamento este défice, neste caso em particular e nos anteriores, como é óbvio.-----

---Loteamentos para jovens, que também estamos a promover, para que jovens até aos 35 anos possam ter acesso a parcelas de terreno de forma, se possível, gratuito, que é isso que estamos a trabalhar. -----

---A continuação do estímulo/incentivo à construção privada, como está a suceder, para estarmos, e queremos continuar a estar, nos concelhos de Portugal do nosso país com mais construção, como sucede.-----

---E o reforço do Programa “Casa Feliz”, quer seja do apoio às obras e do apoio à renda, que também está reforçado o seu orçamento. -----

---Estamos aqui a falar de muitos milhões de euros que vamos investir na habitação. ----

---Mas, na saúde, não fica atrás. Vai ser, também, os maiores investimentos da nossa história, também aqui na saúde. Para além da incorporação da descentralização da

competência na área da saúde no que concerne à rede de cuidados de saúde primária, conforme sabe, que se situa na casa de 1,5 milhões de euros, mas o que eu quero aqui fazer sobressair é o investimento na rede de cuidados de saúde primária, no que concerne ao edificado por forma a que os técnicos de saúde, os diversos técnicos de saúde, possam desenvolver a sua atividade em muitas melhores condições, e com certeza que isso se vai repercutir no melhor serviço de saúde pública, no que concerne à saúde aos nossos concidadãos famalicenses. Falo de quatro novos centros de Saúde, dois deles... aliás, os quatro já são públicos (dois há mais tempo outros dois há menos tempo): o Centro de Saúde de Joane, o Centro de Saúde de São Miguel-o-Anjo, que irão perfazer os dois na casa dos 6 milhões de euros, e cujo patrocínio dos Fundos Comunitários, neste momento, se situa em 2,2 milhões de euros. Portanto, um défice aqui avassalador. E mais dois que também queremos construir (estão a desenvolver já os projetos), um será em Ruivães e outro em Nine, também novos edifícios cuja estimativa, porque aqui ainda temos apenas uma estimativa será na casa dos 3,6 milhões de euros, e que temos como patrocínio 2 milhões de euros. -----

---Por outro lado, também queremos reabilitar a Unidade de Saúde Urbana, cuja estimativa é na casa dos 4 milhões de euros, e cujo patrocínio por via dos Fundos Comunitários andarà na casa dos 2 milhões de euros. Ou seja, temos aqui um défice de cerca de 8 milhões de euros, mas que obviamente precisamos de evoluir rapidamente nestes edifícios de que falei, muito degradados, sem condições, mas mesmo assim, obviamente que os técnicos de saúde têm prestado o serviço que podem, com muito esforço, muita dedicação, muito empenho, mas queremos, obviamente, que por via dos edifícios públicos e, depois, no âmbito da descentralização de competências que também no âmbito corrente também traz défices, queremos que hajam melhores condições. -----

---Acréscio, aqui, uma área muito importante para nós, que tenho feito muitas referências, que se trata dos transportes. Como é sabido, neste ano de 2023, portanto, o ano corrente, tivemos um acréscimo no orçamento de cerca de 3 milhões de euros relativamente a 2021. Passando para mais linhas, mais carreiras, e em termos de quilómetros triplicando, aumentando 300% o número de quilómetros percorridos nestas mesmas linhas e carreiras.

---No próximo ano, queremos que se instale a chamada rede MobiAve ou a rede definitiva em que terá que haver um acréscimo de mais 2 milhões de euros relativamente a 2023, ou seja, mais 5 milhões de euros relativamente a 2021. Portanto, em apenas dois anos e meio teremos este enorme esforço, por parte da Câmara Municipal, e faço aqui referência mais uma vez às áreas metropolitanas que, cujas as Câmaras não têm este esforço, porque o estado central tem um olhar privilegiado/discriminatório para estas áreas em detrimento dos outros concelhos. -----

---A educação: em que queremos continuar com o orçamento de cerca de 28 milhões de euros, e faço aqui referência nomeadamente ao Parque Escolar que este ano já sofreu um conjunto de obras muito significativas, mas queremos iniciar uma nova escola EB1 com jardim de infância associado em Brufe, e reabilitar e ampliar um conjunto de outras escolas - que são inúmeras - que representam alguns milhões de euros, que também estão aqui associados.-----

---Faço referência também, porque acho muito importante para terem noção dos números, que só para os projetos que a Câmara Municipal expensas próprias está a desenvolver para os projetos que são necessários para as escolas EB2,3 e secundária - trata-se apenas de uma secundária que é a Padre Benjamim Salgado - só os projetos custam 1,2 milhões de euros. É dessa ordem de grandeza que estamos a falar. Só para projetos, que não são elegíveis para nada, portanto, sai do orçamento municipal, ou seja, dos famalicenses. ---

---No desporto: também aqui, apesar de tudo aquilo que disse atrás, queremos também que a nossa rede de equipamentos seja incrementada, nomeadamente com a construção do *SkatePark* e da ampliação das Piscinas Municipais de Famalicão. Queremos que hajam quatro pistas de 50 metros que nos vai resolver um dos problemas que temos, que tem a ver com a competição para os nossos atletas de alta competição, como é sabido, treinam nas pistas de 25 e competem nas pistas de 50 metros. Mas, mesmo assim, têm muito sucesso. Portanto, estamos em crer que treinando em pistas de 50 metros obviamente que os resultados ainda vão ser melhores, apesar que aqueles que já obtém obviamente são de referência internacional. -----

---Mas, obviamente que vem resolver outra lacuna grande que se prende com o projeto “Mais e Melhores Anos” que já tem cerca de 4.200, salvo erro, utentes seniores que estão neste projeto municipal e que precisamos de mais pistas nas piscinas por forma a que possamos ter capacidade para ter ainda mais uns milhares de seniores famalicenses. E, portanto, estas quatro pistas de 50 metros representam 8 pistas de 25 metros, o que quer significar que nós duplicamos a capacidade das piscinas municipais de Vila Nova de Famalicão. -----

---Claro está que queremos evoluir na pista de atletismo, está em concurso público, e que vamos evoluir tal como também vamos evoluir com o Estádio Municipal. -----

---No que respeita ao ambiente: uma área fundamental. Também temos vertido em sede de orçamento para acompanhar as Grandes Opções e o nosso plano de ação para o ambiente em geral, desde logo as infraestruturas básicas, faço aqui referência à rede de água que queremos chegar aos 100%. -----

---Como é sabido, há uma zona do concelho - na bacia do Pelhe, em particular junto à sua nascente, que corresponde à União de Freguesias de São Cosme, Telhado e Portela - que tem um défice de rede de água porque estamos à espera que as Águas do Norte construam

dois depósitos, um em São Cosme e outro na Portela, há cerca de trinta e tal anos. Desta vez, conseguimos convencer as Águas do Norte para que de uma vez por todas façam um investimento de 5,2 milhões de euros por forma a que tenhamos os depósitos, para que possamos ter a rede de abastecimento em baixa para todos os nossos concidadãos famalicenses. E com isto, nós vamos conseguir alcançar os 100% da rede de água em Famalicão. É certo que a Câmara Municipal aqui também, para termos a rede em baixa, vai investir cerca de 1 milhão de euros que está em sede de orçamento. -----

---Vamos também querer e pretender, e também está acomodado em sede de orçamento, “A Brigada do Guarda-Rios”. Queremos, uma vez por todas, também ter esta Brigada numa cooperação com a Agência Portuguesa do Ambiente, como tem que ser. Quem tutela as linhas de água, os rios e os ribeiros, é a Agência Portuguesa do Ambiente e, portanto, numa cooperação profícua entre esta entidade pública nacional e a Câmara Municipal vamos desenvolver um protocolo em que, obviamente, esta Brigada será custeada pela Câmara Municipal e equipada pela APA. E, portanto, também está vertido em sede de orçamento os custos correntes inerentes a esta Brigada, mas estamos em querer que nos vai ajudar a olhar pelos nossos Rios. É uma premissa que não abdicamos.

---A construção de vários parques nas freguesias, cujos terrenos já adquirimos e que queremos dar seguimento para termos novos parques e, como sabem, os parques têm árvores, estamos já a plantar árvores, aliás, como sucedeu há pouco tempo em Delães, onde já começamos a arborizar num projeto muito interessante, com o agrupamento dos escuteiros local, a comunidade também a envolver-se nesta arborização para que cheguemos rapidamente às 60 mil árvores plantadas neste mandato e não, digamos, o compromisso que havia das 30 mil árvores. -----

---A reabilitação do Rio Pelhe para nós também é importante. É chamado o “nosso” Rio porque nasce e desagua em Famalicão. Estamos já com uma intervenção que vai aqui do

centro à foz, mas também queremos fazer daqui do centro à sua nascente. Portanto, todo o Rio Pelhe com um percurso pedonal, arborizado, reabilitado, obviamente que isso custa dinheiro, e acomodamos a verba necessária para este efeito que vai trazer e vai valorizar o nosso território. -----

---O percurso da descarbonização, muito importante até pelos resultados, daquilo que eu referi no início, da COP28, que vem de alguma forma trazer novas metas para a descarbonização à escala planetária - a erradicação dos combustíveis fósseis até 2050. A interpretação disso é que temos que acelerar processos. Instalação de energias renováveis, obviamente que é o caminho. Aliás, como foi preconizado nessa mesma conferência e, portanto, nós aqui, em Famalicão, no que concerne aos edifícios públicos também vamos nomeadamente, como já começamos este ano, a incorporar e a instalar UPAC's - Unidades de Produção para Autoconsumo, como é sabido, que é o caminho que eu acho que o país tem que seguir e felizmente que também está a seguir. E devo dizer a este propósito, que Famalicão é o concelho de Portugal que mais UPAC's tem instaladas. ----

---A recolha seletiva de resíduos, que também já fiz essa referência para continuar, ser incrementada. É muito importante, até por aquilo que foi aqui dito relativamente às tarifas e às taxas dos resíduos sólidos. São aumentos, como disse aqui o Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, são aumentos quase escandalosos que nos últimos 2, 3 anos se verificaram com uma linha de tendência de continuarem a subir dessa forma inclusiva a taxa de gestão de resíduos que neste mesmo tempo subiu cerca de 300%. E é uma taxa para o estado, como sabem. É o estado que aumentou esta taxa 300%. Passou de 11 euros e no último ano serão 30€. Portanto, cerca de 300% de aumento que a ERSAR obriga a que seja repercutida nos munícipes e que nós não estamos a acatar. Obviamente que pode haver aqui prejuízos nomeadamente dos Fundos Comunitários porque nos ameaçam retirar os

Fundos Comunitários por não cumprirmos aquilo que está recomendado pelo Estado Central.-----

---No que concerne as acessibilidades, também queremos fazer muito. Eu já falei publicamente, não aqui, mas já falei que a reabilitação das estradas municipais 572 e 574 vão começar a ser desenvolvidas - já estão em fase final os respetivos projetos-, para que nós possamos continuar a desenvolver estas pavimentações destas estradas. -----

---Queremos construir duas rotundas. A rotunda, já agora anuncio que a rotunda provisória instalada na Avenida Marechal Humberto Delgado vai-se tornar definitiva porque está a correr bem. Há uma opinião muito consensual relativamente à rotunda e, portanto, estamos agora a tratar de procedimentos necessários para que se possa efetivar a rotunda naquele local. -----

---Outra rotunda que vamos construir, e já temos também o projeto concluído, é uma rotunda no final da Avenida dos Descobrimentos. Como é sabido, faz falta ali uma rotunda e de que maneira. -----

---Queremos também iniciar o processo da ligação a Santo Adrião. Estamos dependentes do privado, mas temos uma expectativa de começar a desenvolver parte da obra que compete à Câmara Municipal porque a outra parte compete ao privado. E, obviamente, fazer referência mais uma vez às estradas nacionais, mas já referi há pouco, portanto, vou escusar neste momento a fazer a mesma referência. -----

---No estacionamento também queremos evoluir. Queremos e temos projetos já bastante avançados a este respeito nomeadamente três Parques de Estacionamento, um junto ao Centro de Saúde da Unidade Urbana, em que vamos não só instalar aquele parque subterrâneo, mas também desenvolver toda uma área contígua a este mesmo Parque por forma a que haja naquele espaço bastante estacionamento e, portanto, estamos a ultimar

este projeto por forma a que possamos evoluir na concretização da obra com a devida acomodação em sede de orçamento. -----

---Mas também no Interface Rodo/Ferroviário, aqui com algum patrocínio do PT 2030, que estamos à espera disso, também desenvolver, temos boa expectativa para iniciar também no próximo ano o chamado silo auto, se assim quiser, junto à estação com três andares de estacionamento. Será o primeiro silo auto de Famalicão e, portanto, é muito importante termos esta capacidade de estacionamento junto à estação ferroviária. E também queremos, como eu já tive a oportunidade de dizer, instalar um parque de estacionamento atrás do Hospital - é assim que ele é designado - por forma a que também noutra zona da cidade tenhamos mais Hospital. Mais Hospital ajuda Hospital, claro que sim! Mas também mais estacionamento. -----

---Também na obra que se está a desenvolver na parte norte da cidade vai nascer mais um parque de estacionamento. Já começou a obra e, portanto, ali junto ao Tribunal teremos também cerca de salvo erro 200 lugares de estacionamento a crescer àqueles que já tínhamos. Portanto, temos aqui também, felizmente, muitas boas notícias para o estacionamento em Famalicão. -----

---Quanto às Forças de Segurança também não são esquecidas. Vamos já lançar o concurso público porque já temos a validação da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna para que possamos lançar o concurso público para a reabilitação do Quartel da Polícia de Segurança Pública, como sabem está em mau estado, à semelhança do que acontece com a GNR de Famalicão e da GNR de Riba de Ave. -----

---No que concerne à PSP, temos um patrocínio do Orçamento de Estado para esta empreitada, obviamente com um déficit que nós vamos cobrir, e temos o trabalho de desenvolver todo o procedimento concursal. Não é fácil. E estamos a desenvolver projetos nomeadamente a começar pela GNR de Famalicão. Queremos também tão rápido quanto

possível ter esse projeto pronto por forma a que o possamos entregar ao Ministério da Administração Interna, para que também aqui haja desenvolvimentos por via do Estado Central.-----

---Quanto ao de Riba de Ave, já adquirimos um edifício que está disponibilizado para o estado, para que possa desenvolver a obra, mas nós estamos também a iniciar o processo de projeto para aquele edifício.-----

---No ensino superior: também aqui vamos lançar agora, em janeiro, o concurso público para a construção da nossa primeira Residência Universitária. Portanto, aqui também queremos deixar uma marca no ensino superior. É muito importante para a competitividade dos territórios e, portanto, não podemos também aqui nada fazer. A Câmara Municipal vai desenvolver esta iniciativa também com um défice de cerca um milhão e meio de euros. Neste momento, que eu penso que é o que existe, que a Câmara Municipal terá que assumir. -----

---Nas freguesias: há um aumento inicial para as transferências de capital para as freguesias de cerca de 40% relativamente àquela que era o valor inicial do orçamento de 2023. Portanto, temos aqui este aumento e obviamente que eu tenho a expectativa de durante a execução do orçamento, tal como sucedeu no ano de 2023, *(falha na gravação)* euros. Foi um ano magnífico! Os Senhores Presidentes de Junta não devem estar satisfeitos. Eu não quero Presidentes de Junta satisfeitos, mas devem estar pelo menos agradados 4,5 milhões foram transferidos e obviamente que eu tenho uma expectativa no próximo ano, 2024, já que conseguimos alocar mais cerca de 1 milhão de euros no valor inicial, que durante a execução também seja incrementado para além, como sabem, das verbas livres que estão aprovadas e que vão a continuar a ser transferidas. -----

---O Associativismo: tem um incremento nomeadamente no investimento. Queremos Associações cada vez mais qualificadas, mais capacitadas, para desenvolver aquilo que tem desenvolvido e muito bem.-----

---O ano de 2023 foi o ano - pelo que me dizem os serviços - o ano que mais iniciativas se desenvolveram nas nossas 49 comunidades de freguesia, fruto do investimento ao longo dos anos que está a trazer uma mais valia para o bem-estar e qualidade de vida dos nossos concidadãos, e nós queremos reforçar este investimento nas Associações, sejam elas formais ou informais por forma a que esta capacidade seja incrementada.-----

---Lembro aqui e faço referência às Academias Seniores, nós temos políticas de investimento ativos em que queremos criar uma equipa de gerontólogos, à semelhança do que já temos para estas academias seniores por forma a que haja esta capacidade da nossa parte para acompanhar bem, não só o desenvolvimento de iniciativas, mas porventura desenvolverem outras matérias, outros estudos por forma a que cada vez mais o investimento ativo seja uma realidade em Famalicão, e obviamente que estão vertidos todos estes custos, quer de capital quer de corrente, no respetivo orçamento.-----

---As IPSS's, como é sabido, as IPSS's estão com um problema grave, não sei se é dos mais graves de sempre, mas é um dos mais graves de sempre, por que as IPSS'S aproveitam e bem as oportunidades que surgem, nomeadamente por via dos Fundos Comunitários, só que há défices muito consideráveis nomeadamente nas 12 candidaturas que estão aprovadas para 12 Instituições Particulares De Solidariedade Social. Portanto, aqui a Câmara Municipal vai fazer um esforço para ajudar atenuar este défice das IPSS's por forma a que elas possam evoluir e concretizar as várias ampliações para as várias valências sociais que são muito importantes.-----

---Vamos incrementar o número de vagas nas creches, nos ERPI's, ou seja, nos lares e nos CASCI's para as pessoas portadoras de deficiência. Portanto, é muito importante para

nós que estes públicos mais vulneráveis sejam muito acompanhados e haja cada vez mais capacidade no território para os acolher, para os acompanhar e, portanto, aqui, a Câmara Municipal também tem em sede de orçamento cerca de 1 milhão de euros para distribuir pelas IPSS's. -----

---Temos, também, para concluir, o centro da cidade. O centro da cidade, como é sabido, já fez um ano, o centro da cidade renovado, claro está, entenda-se, já fez um ano no último dia 13 de novembro, penso que foi essa a data da inauguração de 2023, um ano que mostrou o quanto ele está capacitado para desenvolver dinâmicas diversas, e temo-la feito, vamos continuar a fazer. E, portanto, a despesa corrente que está associada à dinâmica do centro da cidade tem trazido muitas valias para o nosso território. É um verdadeiro motor de desenvolvimento económico e social do nosso território. E, portanto, nós vamos continuar a apostar no centro da cidade, não só nas grandes iniciativas que temos, mas também nas dinâmicas, no resto do ano que queremos que hajam nomeadamente desde março até dezembro de cada ano muitas dinâmicas por forma a que aconteça aquilo que aconteceu este ano, mas sendo o primeiro ano, obviamente que nós esperamos que daqui para a frente ainda consigamos ter, não só os famalicenses muito satisfeitos, mas também muitos visitantes que vêm a Famalicão e que ficam a gostar cada vez mais do nosso concelho.-----

---E por último, para terminar a Ação Social: e como os últimos são os primeiros, esta é a nossa verdadeira primeira prioridade.-----

---Está como dado em sede de orçamento o dinheiro necessário para fazer face, não só à situação do estado em que nos encontramos neste momento, mas sobretudo alguma incerteza que existe no futuro por forma a que possamos apoiar todos aqueles que necessitem, seja do que for tem sido apanágio aliás desta Coligação “Mais Ação Mais Famalicão”. E, portanto, teremos aqui todo o dinheiro que for necessário, porque o

orçamento apresenta também uma característica, para além da sustentabilidade financeira. -----

---Eu lembro a eficiência financeira do município que também temos aqui, penso que um record histórico, somos o segundo Distrito que não é record porque já temos isto alguns anos, acho eu, mas somos o 12º a nível nacional, e penso que aqui talvez tenha sido a nossa melhor posição, mas 12º ou 13º, como estávamos o ano passado, também é irrelevante. Somos os melhores em termos de eficiência financeira e não queremos perder obviamente este estatuto. E, portanto, temos que ter um orçamento que cumpra estas premissas da sustentabilidade financeira, não comprometendo as gerações futuras, como é obvio, estamos sempre muito preocupados, para além do rigor, contas certas e sobretudo aquilo que eu ia dizer há pouco, a flexibilidade. A flexibilidade sendo necessária acudir a uma imprevisibilidade ou uma incerteza, nós temos o orçamento capacitado também para esse efeito. -----

---Para além disso, obviamente acomoda toda a descentralização de competências na área da saúde, como referi há pouco, que a partir do dia 1 de janeiro será efetiva, mas também a educação como temos e, também, a solidariedade social como sabem. Portanto, neste momento, é isto que me apraz referir acerca do orçamento das “Grandes Opções do Plano”. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Senhora Deputada, permita-me só, por razão de ordem prática, é meia noite e trinta. Os Senhores Deputados preferem terminar este ponto hoje? Preferem transferir para segunda-feira a continuação deste ponto? Faço uma ronda pelos líderes porque é meia noite e trinta, e eu tenho que parar para perguntar. -----

---Vamos continuar? Muito bem. Senhora Deputada Tânia Silva, peço imensa desculpa por estar de pé. Senhores Deputados, é para continuar, é para continuar!! -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Senhor Presidente, a sessão já vai longa, mas as “Grandes Opções e Orçamento” constituem um documento extenso e complexo e que mereceu da CDU uma leitura atenta e de estudo para aqui podermos expressar a nossa análise crítica e séria, sendo que para alguns já convencidos tal não passará de um exercício em ambiente pré-campanha. Tal ambiente facilmente extrairá alguns do tema central, mas, para nós, as propostas inscritas nas “Grandes Opções do Plano e Orçamento” que o executivo apresenta para o município de Vila Nova de Famalicão...-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Tem toda a razão, Senhora Deputada, por favor continue.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - ... pretende-se orientadoras e estruturantes para a realização do trabalho essencial que o nosso concelho precisa e reclama e constitui não só um desafio como a aposta para se vencer o imobilismo que tem travado o verdadeiro progresso do concelho.-----

---Efetivamente, os documentos em debate neste momento seriam essenciais para uma orientação estratégica, desenvolvimento social, económico e cultural do concelho se se desse o caso de serem propostas prioritárias e fundamentais para satisfazer as necessidades dos famalicenses, mas que, de facto, estão longe dessa orientação política.

---No nosso entender, muito há a fazer em Famalicão, quer na educação, na proteção do meio ambiente e conservação na natureza, no desporto, na cultura e lazer e nos Transportes Rodoviários. Prioridades elencadas pelo Senhor Presidente, Mário Passos, entre tantas outras matérias que pelo que esperávamos que este documento apontasse uma estratégia/soluções para os problemas existentes e que definisse claramente prioridades que não se ficasse só pelas intenções, mas que concretizasse. No entanto, o que se verifica logo no início do documento é a afirmação do Presidente do executivo camarário que diz: “Ter-se verificado já a concretização ou está a implementação acelerada o cumprimento

de mais de 80% do Programa Eleitoral da Coligação de direita”, pelo que vale a pena perguntar, Senhor Presidente, se já fizeram tanta coisa, como vão preencher os dois anos que ainda faltam? -----

---Caros Deputados, não bastam intenções e frases feitas repetidas até à exaustão. É fundamental e necessário uma estratégia que não se limite o esbanjar de dinheiro público, mas que crie verdadeiras oportunidades para os cidadãos famalicenses, em lugar de sobrecarregar quem vive do seu trabalho afastando-os das oportunidades a que têm direito. -----

---Neste documento, na sua página 15, o executivo elenca cinco prioridades, na sua estratégia para consolidar o concelho de Vila Nova de Famalicão. Atente-se bem no termo escolhido: “consolidar”, que não deixa de ser desafiador. Então vamos lá saber o que significa consolidar para o executivo.-----

---Prioridade um - um território que oferece padrões elevados de competitividade, inovação e qualidade de vida que atrai pessoas, conhecimento e investimento. Pois, até reconhecemos que este jargão possa ser muito atrativo e imaginativo, mas não passa disso. Este território que oferece padrões elevados, competitividade e inovação é apenas texto. Texto, onde o pensamento da maioria apenas atenta que se detém nos interesses da competitividade e da economia pura e dura conviria acrescentar-lhe o que deixa de fora do seu objetivo as soluções de habitação, que não existe em Famalicão nem a nível nacional, e que há pessoas carenciadas desse bem fundamental por falta de aposta séria das entidades públicas, só lhe resta continuar do lado de fora da tão propagandeada qualidade de vida.-----

---O mesmo slogan não tem em conta os milhares de trabalhadores do nosso concelho inclusive os imigrantes que vivem alojados em pavilhões industriais um pouco por todo o território, já aqui referimos Calendário, Vilarinho e Brufe, por exemplo, e também

investem neste concelho a sua empenhada e qualidade de força de trabalho que levam como retribuição a injusta precariedade e os baixos salários do costume. Ou seja, e para sermos rigorosos, este concelho o que tem para oferecer às pessoas são os valores de salário mínimo, as festas e festinhas e pouco mais digno de destaque. -----

---Prioridade dois - um território que assume o seu papel fundamental na redução da Pegada Ecológica e Carbónica convertidos a qualquer tipo de investimento, os nossos seguidores políticos atentos e solícitos aos interesses dos ditos investidores, que em tudo veem janelas de oportunidade para obter lucro, mais não promove do que negócios do capitalismo verde sem qualquer retorno ou outra vantagem para o verdadeiro interesse público por se sacrificarem milhares de árvores de grande porte, através de abates indiscriminados, e não tenhamos medo das palavras, insanos ou mesmo criminosos que em lugar de reduzirem a Pegada Ecológica e Carbónica antes as agravam e comprometem. E de nada vale, Senhores Deputados, a introdução de trotinetes elétricas, pois terão mais a função de atrapalhar a mobilidade do que melhorá-las, e sejamos honestos, não diminui assim tanto a pegada. -----

---Erradamente o exemplo de que sempre tem sido feito no município, os vários executivos, para assegurar que tais oportunidades devem ter caminho para andar, têm convertido o PDM tantas quantas as vezes solicitadas porque mais do que salvaguardar o Plano Diretor e os interesses coletivos a eles associados, o importante mesmo é promover sem olhar a custos a instalação ou alargamento de unidades fabris e de aprovisionamento fora das áreas industriais ou comerciais disponibilizadas pelo município (*falha na gravação*) muitas geografias do concelho. Tal não pode ser considerado desenvolvimento harmónico e justo, como é evidente. -----

---Prioridade três - um território que fomenta a coesão social e territorial e dinâmicas de solidariedade intergeracional. -----

---Senhor Presidente, sabemos que se desloca várias vezes às freguesias, mas por favor, permita que lhe sugira que, para além de fotógrafos, leve técnicos e equipas municipais para fazerem o levantamento dos muitos problemas que se depararão nessas freguesias, e que tão célere quanto o foi na concretização de cerca de 80% das promessas constantes do seu cartaz eleitoral, veja se ainda consegue, no tempo que lhe restará, resolver os problemas das freguesias e com isso fazer com que se aproximem da qualidade que é dedicada, quase em exclusivo, à cidade. Sem ser necessário recorrer a despesismos em obras de enfeite ou esbanjamento de milhões.-----

---As freguesias necessitam de um olhar mais atento/interessado quer na realização de trabalhos de manutenção das estruturas que rebentam pelas costuras, mas também de carência de investimentos noutras que não existem e fazem falta. Obras nas freguesias não podem ser só as que se fazem nos adros. Há caminhos e estradas municipais para arranjar e limpar, necessidades de eletrificação e iluminação, mais ordem no asseio e limpeza dos arruamentos, paragens de autocarro, pequenas obras e oferecer a todos os cidadãos um fator de saúde e qualidade de vida que podem estar contidas numa simples decisão de dotar de saneamento todas as freguesias que ainda não beneficiam dessa avaliação estrutural. E, finalmente, apostar em equipamentos e iniciativas municipais que possam gerar mais envolvimento de toda a comunidade. Há demasiadas pessoas abandonadas em Famalicão, e a cidade aqui tão perto, Senhor Presidente.-----

---Prioridade quatro - um território que promove estilos de vida saudáveis valorizando igualmente o desporto, o lazer e a cultura como pilares do bem-estar individual e coletivo, principalmente se houver fotos e glamour, dizemos nós! Não é tanto uma questão de estratégia de promoção de estilos de vida saudáveis, mas sim da visibilidade que pode proporcionar, quase sempre para satisfazer as elites, por exemplo, no Estádio Municipal

com o uso exclusivo do futebol masculino profissional ou a programação elitista de alguns espaços municipais. -----

---Prioridade cinco - o território que privilegia a inovação na prestação do serviço público de excelência e fomenta a sua afirmação no âmbito nacional europeu e internacional. Devia ser assim, mas não é, Senhor Presidente. Realmente deveríamos ter um serviço público de excelência, já que, com mais de 2.500 funcionários na Câmara, mais os avançados, não se percebe a lentidão dos serviços, a demora na intervenção ou o arrastar de processos, não se percebe a burocracia e a expressão de esforços que muitos pelouros evidenciam. Provavelmente a grande inovação é mesmo a capacidade criativa na escrita quando a Câmara escreve assim: “Seremos uma comunidade técnico-industrial conectada num território verde multifuncional”. Palavras, palavras e só palavras! -----

---A saúde defende que é possível viver melhor na nossa terra e tem propostas nesse sentido.-----

---Não nos reconhecemos apenas numa comunidade técnico-industrial verde multifuncional, somos também a comunidade que precisa de ver satisfeitas todas as necessidades fundamentais, e que para tal aconteça exigimos ser olhados como uma comunidade de pessoas, uma comunidade de famalicenses.-----

---Senhor Presidente, caros membros da Assembleia, há uma diferença na monta entre a CDU e o executivo municipal do PSD/CDS, seja o atual ou outros que o antecederam no que às prioridades respeitam. Nunca escondemos essas diferenças de fundo, mas, para além disso, exibimos com orgulho que elegemos como questão central o valor de quem trabalha e vive em Famalicão. Valorizar quem trabalha e vive em Famalicão é e sempre foi o elemento político mais importante para a CDU, pois os trabalhadores são os grandes responsáveis pela gerada atratividade e a tão evidenciada produtividades do seu concelho.

---Já agora, Senhor Presidente, temos um monumento ao empreendedor no concelho, mas não existe nenhuma referência que homenageie o homem e mulheres trabalhadores. Aqui ao lado, em Santo Tirso, já esse tributo foi reconhecido há anos, para quando em Famalicão?-----

---Se a dinâmica de um concelho assentasse apenas no que o município arrecada ou prevê arrecadar em 2024, 37 milhões de euros em impostos diretos, em IMI, Derrama, IUC e IMT, Vila Nova de Famalicão seria incontestavelmente o município imbatível. O problema, é que apesar de arrecadar este valor colossal de 37 milhões de euros em impostos diretos, tal facto não torne Famalicão um concelho dinâmico e de sucesso, por que não o é, facto que contradita, infelizmente, com o que nos é repetido por palado. Outros municípios que recebem muito menos estão, esses sim, na senda do incontestável sucesso e dinamismo, vantagem que assenta nas rigorosas opções prioritárias e de grandeza, demonstrando capacidade na sempre difícil gestão autárquica. É nesta diferença que assenta a desvantagem dos famalicenses que não vê os problemas resolvidos, só porque o município atira dinheiro para cima deles, meio a que este executivo parece continuar a postar. -----

---Senhor Presidente e Senhores Deputados, muitos dos Deputados e Senhores Presidentes de Junta aqui presentes esperariam mais deste executivo - mesmo que não o digam em voz alta - que apostasse na apresentação do Plano verdadeiramente distributivo, que objetivasse um rumo verdadeiramente estratégico para o concelho, que privilegiasse a eficiência e refletisse a transparência que todos esperam e merecem a bem do interesse público. Sim, todos esperávamos muito mais deste executivo que pretendem administrar e gerir 163 milhões de euros, permitam este sublinhado, cerca de 500 mil euros por dia, durante todos os dias do próximo ano 2024. Um com um plano pouco ambicioso despesista e perdulário e sobretudo injusto. Famalicão merece melhor.-----

---Numa abordagem de consulta e estudo, algumas questões gerais do GOPE 2022, este fazia as projeções de valor a orçamentar estimando para 2024, 136 milhões de euros e para 2025, 138 milhões de euros. No entanto, surpreendentemente o GOPE 2024 atinge 162 milhões de euros e para 2025 prevê-se um valor de 159 milhões de euros. -----

---Seria desejável que o Senhor Presidente pudesse explicar melhor este inusitado aumento e que explicasse a diferença significativa na projeção de 2022 para hoje. É que se formos a analisar com detalhe, afinal o maior orçamento de sempre pode não passar de uma enorme falácia, já que julgamos entender que tal aumento se deve tão só ao acréscimo do valor do cheque enviado pelo poder Central, pela transferência de competências para o município. Será essa a justificação para o desencontro de valores anunciados? É que, enquanto temos um aumento no valor global do orçamento de cerca de 17%, a receita corrente aumenta apenas 89%. Já a receita de capital aumenta 39,7%, onde a sua rubrica “outras receitas de capital” 32 milhões de euros aumenta 53%. Já no capítulo da despesa, verificamos que a despesa corrente aumenta apenas 11%, mas as despesas de capital, 47 milhões, aumentam 34%. Tendo em conta que a fatia grossa vai para o Departamento de Ambiente, para a aquisição de bens de Capital, 31 milhões. Como facilmente se constata, pouco sobra para os outros investimentos, mas também convenhamos, já só faltam cumprir 20% do vosso programa. Deve chegar! Só é de lamentar a situação deficitária. É este o rumo que se pretende seguir? -----

---Curioso é constatar de onde vêm as receitas: -----

---aumento de impostos - 8%; -----

---aumento de taxas, multas e outras penalidades - 15%; -----

---aumento da participação do IRS - 14,7%; -----

---mais a venda de bens e serviços - 17%; -----

---acrescenta-se, ainda, que só nesta rubrica o transporte de pessoas e mercadorias sofre um aumento de 227%. Bem-dito Transporte Público versus MobiAve!!-----

---De que serve todo este sacrifício dos famalicenses? Praticamente todo este grande valor serve apenas para sustentar a despesa corrente e os custos com o pessoal. -----

---Não vale a pena justificar com a questão das transferências das competências, pois o que este documento demonstra é que as verbas transferidas pela Administração Central, cerca de 14 milhões de euros, tal só significa um aumento de 12%, enquanto que as competências e responsabilidades do município tiveram um aumento significativo.-----

---E assim, se compreende que o município nas obras a avançar no próximo ano se refira apenas ao arranque da edificação das novas escolas básicas de Brufe e Arnoso Santa Eulália e das novas Unidades de Saúde Familiar em Joane e São Miguel-o-Anjo, e ao início do processo para renovar a Unidade Familiar da Cidade e para a construção dos Centros de Saúde de Nine, Ruivães e Lousado. Todas estas obras deveriam estar já concluídas ou em vias de conclusão, uma vez que se trata de serviços de máxima importância, como são a da saúde e da educação. E perguntamos, Senhor Presidente, que garantias pode dar relativamente à conclusão das referidas obras de construção para que as mesmas fiquem concluídas em 2024? -----

---Relativamente à reabilitação das estradas municipais mais degradadas, e são muitas, como já aqui frisamos, como é o exemplo da Estrada Municipal 572 e 574, nós questionávamos: Qual a razão para o estado atual da nossa infraestrutura viária? Se acha razoável o estado de degradação das nossas estradas, quer nas vias de acesso à cidade, quer nas vias de circulação dentro do espaço alargado? Mas ficamos a aguardar com muita atenção o que ainda agora, na sua última intervenção, afirmou e se comprometeu. -----

---Atente-se que fomos favoráveis a todos estes investimentos, mas é claramente insuficiente e peca por ser tardio. É pouco quando temos tantas estradas, edifícios e

instalações a necessitarem de intervenção, pessoas em situação de dificuldade extrema ao mesmo tempo que o executivo dispõe de um orçamento que lhe permite ter disponível 500 mil euros diários e que, em função disso mesmo, se deve esperar muito mais. -----

---Os parques que vão servir unidades comerciais e que contribuem decisivamente para a destruição do comércio tradicional, nada acrescentam ao nosso concelho, pelo contrário. Famalicão tinha algo de diferenciador na sua região, era quase a ausência de grandes superfícies comerciais e a existência de um centro vivo, não só no centro urbano, mas também nas freguesias com o comércio de proximidade. -----

---Agora, preparamo-nos para alterar completamente este paradigma e passamos a ser iguais aos outros. Não recusamos tudo, concordamos com o avançado terminal rodoferroviário, mas um concelho que se quer dinâmico, que tem de ter alternativas ao estacionamento pago. -----

---É inadmissível avançar com o pagamento de estacionamento do antigo parque da feira, conforme tinha prometido o Senhor Presidente, bem como avançar com mais parques pagos que contam com a oposição da sociedade famalicense. O automóvel gera a recolha da bolsa soma de impostos diretos e indiretos. O seu agravamento através de mais uma habilidosa coleta para o município, não se verifica para gerar a rotação na utilização de estacionamento, mas antes para impor ao munícipe e a quem nos visita custos acrescidos, ao mesmo tempo que gera prejuízos para o comércio da cidade. -----

---São estes os investimentos anunciados pelo município, apenas estes, o resto são apenas intenções, se não vejamos: relativamente às principais medidas da modernização das instalações e equipamentos na área do desporto, é referido, entre outras, iniciativas o prosseguimento da implantação do Centro Desportivo Famalicão, o desenvolvimento do processo para ampliação das piscinas municipais, o desenvolvimento do processo de

construção do Estádio Municipal e a modernização das instalações e equipamentos desportivos existentes no concelho. -----

---Destas iniciativas, quais pode dar garantias de finalização de construção no ano 2024, aliás, do Centro desportivo já só vamos esperando há sete anos, já há projeto? Há uma ideia? Um plano? Ou estamos à espera de um qualquer investidor imobiliário, um empreendedor que resolva o problema? -----

---Relativamente ao ordenamento do território, no âmbito do planeamento territorial, é afirmado que se irão concluir os trabalhos de Revisão do PDM e que serão delimitadas as unidades de extensão no âmbito do PDM. -----

---O prolongamento dos trabalhos de Revisão do PDM está relacionado com esta questão das unidades de execução? Em que consistem tais unidades? No âmbito da reabilitação urbana e de exaltar que, de entre as variadíssimas medidas apresentadas desde medidas de sensibilização para a reabilitação do património edificado, com a criação de programas e legislação de boas práticas, a realização de vistorias para a aferição do estado de conservação dos edifícios, à delimitação da ARU de Riba de Ave e Oliveira de S. Mateus, o que não consta enquanto no vasto leque de medidas é uma única medida de que vise a reabilitação pública de edificado.-----

---Nesta matéria, este executivo continua na mesma, completamente indiferente à realidade de emergência que se vive na oferta habitacional. Ainda assim, gostaríamos de questionar este executivo sobre a seriedade desta pretensa preocupação com a reabilitação do património edificado, considerando as obras de construção que estão em curso no local do antigo Hotel Garantia. -----

---É aquela a ideia de boas práticas de reabilitação que este executivo tem em mente? Arrasar com o edificado para se construir? -----

---No âmbito das medidas de gestão urbanística e de certificação e modernização administrativa, entre outras iniciativas, é referido o desenvolvimento da cooperação com diversos municípios no âmbito da gestão urbanística para uniformização de procedimentos e criação de orientações, no âmbito das operações urbanísticas e outros assuntos em matérias de urbanismo. Que municípios são esses? E que tipo de benefícios essa uniformização pode trazer? Pode ter efeitos positivos nos tempos de processamento das licenças de construção, por exemplo?-----

---Relativamente à habitação, ela elege no âmbito da agenda estratégica do município como um eixo essencial da política municipal para o ano de 2024. Contudo, após análise das linhas de ação propostas, a CDU considera que o essencial continua por fazer. É urgente que se assuma o compromisso em aumentar o parque público de habitação para arrendamento acessível para a média nacional 2%, e é necessário contemplar diferentes tipos de habitação: coletiva, multifamiliar, unifamiliar, etc., integrando e apoiando também os movimentos associativos e cooperativos na promoção de outras formas de acesso ao financiamento da habitação. Sobre isto, nada está contemplado.-----

---Os problemas da habitação assumem hoje uma dimensão na vida dos trabalhadores que exige uma posição interventiva da governação, no sentido de colocar em prática as medidas necessárias para que se pare a dinâmica especulativa a que está submetido o mercado habitacional. E a CDU entende que o poder local tem responsabilidades nesta matéria e pode fazer mais, no caso do nosso concelho, só mesmo a falta de vontade dos governantes pode justificar a inércia das políticas públicas em matéria de habitação.-----

---Começo por questionar a razão de não estar disponível para consulta pública a estratégia local de habitação de forma clara e direta. Após procura online, encontramos essa estratégia em múltiplos municípios, mas não no de Famalicão. Alguma razão para que não se possa consultar o documento em questão?-----

---Voltando à discussão do GOP, de entre as várias linhas de ação elencadas é referido que o município dará uma atenção especial à qualificação, adaptação, reabilitação e conservação dos edifícios e fogos que integram o parque municipal. Como já referidos, o parque habitacional do município é inferior à média nacional que por si só é insuficiente e está muito abaixo da média europeia, por isso reiteramos a importância de reforçar esse parque habitacional público, não chega a manutenção de que existe e é preciso construir e alargar esse parque. Mas, já que se trata de um objetivo deste executivo, podemos assumir que essa requalificação e a reabilitação do edificado para o uso habitacional, será para colocar à disposição dos segmentos da população que não conseguem aceder ao mercado habitacional? Qual o plano para a distribuição desses novos fogos?-----

---É também referido que o município desenvolverá o programa municipal de arrendamento acessível, que visa dar resposta ao aumento das rendas de imóveis destinados à habitação no território municipal, alargando a oferta da habitação para arrendamentos a preços reduzidos. Como é que essa resposta será efetivada? Que mecanismos serão implementados? Que escalões de arrendamento serão afetados? Qual o valor de referência para aquilo que consideram ser renda acessível?-----

---Por último, o documento refere ainda a intenção de promover a constituição de uma bolsa de terrenos que visa providenciar a disponibilização de lotes para a autoconstrução de habitações a preços mais reduzidos, e apoiar iniciativas da sociedade civil com o objetivo de mobilizar voluntários e profissionais para renovar casas de pessoas em situação de pobreza habitacional, para que estas possam viver em locais dignos. -----

---Desde logo, devemos referir que consideramos inaceitável recorrer ao povo famalicense para mobilizar o seu sentido comunitário e de entreatuda para a resolução de um problema da máxima urgência e importância. Parece ser necessário lembrar a este executivo que é da responsabilidade do poder local a garantia de que todos os habitantes

do nosso concelho vivam em locais com condições dignas de habitabilidade. Olhamos também com preocupação para a introdução de mecanismos de promoção à autoconstrução. Como é que se pretende operacionalizar isso? Está previsto acompanhamento técnico às construções? Que tipo de apoios serão disponibilizados às populações que escolham aderir a esta solução? Como está a ser planeada a locação desses terrenos em matérias de urbanismo e desenvolvimento do tecido da cidade?-----

---Demasiadas questões em aberto, demasiadas dúvidas, ausência de estratégia em várias áreas, muito dinheiro, muitas intenções e mais do mesmo são estas as GOP 2024.-----

---Termino como o ano passado, as GOP revelam uma maioria PSD/CDS calcificada que continua a optar por não dar resposta a questões fundamentais para o concelho, que acusa graves e visíveis sinais de estagnação e incapacidade de realização, e que continuará refém de uma abordagem economicista nas suas opções políticas. Constatação que leva a CDU, mais uma vez, a votar contra o documento e medidas nele contidas.-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Eu sugiro uma vez mais que esta reunião seja retomada na segunda ou na terça-feira porque se está a perder a eficácia em relação a tudo. Grande parte das pessoas já abandonaram a sala. Aquelas que nos seguem pelas vias digitais já fecharam o computador, com certeza, e, portanto, isto, para quem trabalha durante um dia inteiro onde convir que, isto não é nada prático nem nada eficaz para quem quer transmitir uma mensagem minimamente plausível aos famalicenses. Portanto, eu sugiro que se adie a reunião para segunda-feira ou terça porque cá estaremos todos. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Presidente, o PSD honra os compromissos que assume. E o PSD assumiu o compromisso, na reunião Permanente de Apoio à Mesa, da sessão terminar neste dia. Sucede que nos temos presente que o artigo 41º número 1, se a memória não me traiçoa, diz que depois da meia noite ou das 3 horas do início da sessão, tem de haver unanimidade dos Grupos Municipais para que a sessão

possa continuar. Obviamente se há alguma força política, o Chega ou qualquer outra, decidir e entender que a sessão deve terminar aqui, com certeza, respeitaremos o Regimento. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, eu recordava há pouco... eu pedi que os Grupos Municipais pronunciassem, e nós continuamos a sessão porque nenhum Grupo Municipal se opôs à continuação dessa sessão. Eu não tenho problema nenhum a interromper, se tivermos em conta que um Grupo Municipal não pretende - já vou dar a palavra ao Senhor Deputado Jorge Costa - e até porque na próxima segunda-feira nós não teremos período Antes da Ordem do Dia, e é uma questão de tentarmos aligeirar nesse dia a continuação dos trabalhos. De todo o modo, já temos o Grupo Municipal que não pretende que se continue uma sessão, do Chega, portanto... é claro que (*interrupção na gravação*) com unanimidade. E, portanto, agora seria até ao fim, mas não vamos estar a impor contra o espírito do Regimento que é deste consenso a continuação dos trabalhos. -----

---Senhor Deputado, Jorge Costa, dou-lhe a palavra, não obstante vamos adiar então a sessão para a próxima segunda-feira. -----

---JORGE COSTA (PS) - De facto, e como disse o Senhor Dr. Jorge Paulo Oliveira, houve um compromisso de tentar acabar tudo hoje. O problema é que é uma da manhã, e o PS não falou, o PS, só o PS vai falar uma hora. Portanto, duas da manhã. Vamos somar a isto o tempo que o PSD, naturalmente querera intervir, ao tempo do CDS, ao tempo de uma segunda intervenção ou de perguntas da CDU, e começo a achar ser impraticável. De qualquer das formas também me parece impraticável que a sessão continue segunda-feira. Eu preferiria que terça... agendarmos já que vai ser necessário outro dia porque com aquela... ainda que não haja palco na segunda-feira, com aquela extensa lista de assuntos, vamos chegar à meia noite e meia na segunda. E, portanto, eu se calhar, e faço esta proposta aos Grupos Municipais, ou continuamos esta sessão na segunda e adiamos

a extraordinária para terça, com o acordo de todos ou como quiserem, mas eu acho que já está... a mim parece-me que é mais que óbvio carecemos de uma outra noite para terminar tudo isto.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
em relação à proposta do Senhor Deputado Jorge Costa, pretendem que marquemos uma continuação para terça-feira? Pretendem que fiquem agendada para terça-feira, como possibilidade e tentemos na segunda acabar e, se for preciso, avançamos para terça?-----

---Senhores Deputados, de todo o modo... os Senhores Deputados que estão... eu vou pedir só atenção de todos por um segundo. Nós temos uma inscrição do público. E, portanto, não se vão já embora, por favor. E, eu pedia então, uma vez que vamos adiar, enquanto os líderes municipais por favor... terça-feira? Mas, o Senhor Presidente de Câmara diz-me que a Câmara Municipal não tem agenda na terça-feira. Portanto, estamos com...-----

---Bom, Senhores Deputados, nós já vamos ver a data em concreto. Há pessoas que querem ir embora. Entre nós, se não se importam, nós vemos uma data, avisamos toda a gente.-----

---Vou dar a palavra ao Senhor Francisco Cacheira.-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---FRANCISCO CACHEIRA (FREGUESIA DE AVIDOS) - Senhor Presidente, sabe perfeitamente ao que estou aqui. É terceira Assembleia Municipal, depois uma reunião de Câmara, terei que fazer uso de um bom poder de síntese. Certamente não conseguirei, mas irei tentar.-----

---Senhor Presidente, na reunião de 8 de novembro voltamos a falar, creio eu que na reunião com moradores estivemos com o Senhor Presidente, esclarecemos várias questões. Citando as suas palavras, Senhor Presidente, última Assembleia Municipal em

que participei, o Senhor Presidente disse: “Vivemos num estado democrático”. A primeira pergunta que lhe coloco é: Entregamos um abaixo-assinado a 18/10, que o Senhor Presidente da Assembleia mencionou no início da ordem prévia do ponto do dia, pergunto-lhe: O que foi feito pela Câmara Municipal? Foi respondido? Foi feita alguma ação?-----

---O Balcão Único informa que está no Departamento Jurídico. O Departamento Jurídico da Câmara diz que não tem conhecimento de nenhum abaixo-assinado. -----

---Senhor Presidente, segunda pergunta: O estado democrático funciona apenas para que o infrator tenha mais tempo para regularizar uma situação que está irregular?-----

---Vou ler, vou passar a citar/ler uma informação transmitida pela Guarda Nacional Republicana, Diretor Nacional do SEPNA, no dia 13 de outubro de 2023, e passo a citar a partir deste momento: “O serviço de proteção de natureza e do ambiente SEPNA da GNR, através do núcleo de Proteção Ambiental de Barcelos, deslocou-se ao local visado, em 17 de junho de 2023, e após diversas diligências realizadas foi elaborado um auto de notícia por contraordenação por início de exploração de estabelecimento industrial do tipo 3 sem título digital, comunicação prévia. Remetida à Câmara Municipal de Famalicão para instrução do processo contraordenacional.”-----

---Terceira pergunta, Senhor Presidente: emitiram já o processo contraordenacional? É que esta informação é reiterar a informação à Câmara em julho. É uma informação pedida em agosto, respondida pela GNR em outubro. Continuamos a ter aqui uma situação... há um despacho assinado pelo Dr. Hélder Pereira, que está aqui ao nosso lado, a solicitar, a mim, que apresentasse a resposta que a GNR está a dar, que são os autos de ocorrência. Para mim isto não faz muito sentido. -----

---Portanto, Senhor Presidente, creio eu com esta resposta, está claro que esta empresa estava ilegal no local. Está claro! Pelo menos é uma informação da GNR, não é uma

informação dos moradores. Tal como lhe disse na reunião do dia 8 de novembro, está aqui, está claro. Não há dúvida nenhuma! Caso houvesse, o sistema de indústria responsável tipo 3 aquilo que estipula, para que haja uma autorização tipo 3, é que tem que ser apresentado um alvará de autorização de utilização de imóvel para fim industrial ou certidão comparativa de diferimento tácito. -----

---Senhor Presidente, a Câmara continua a insistir que este infrator, que é esta indústria que está lá no local estava legal. Já verificamos que está ilegal. Continuamos a insistir, se a Câmara continua a ter aqui uma série de despachos assinados pelo Dr. Hélder, Dr. Augusto Lima, Dr. Mário Passos, Dr. Ricardo Mendes, a indicar que a empresa está lá a elaborar devidamente. -----

---A 2 de outubro, eu solicitei por escrito a informação à Câmara para consulta do processo urbanístico em questão, bem como acesso ao processo de licenciamento registado no sistema de indústria responsável. -----

---A 30/10, o Dr. Augusto Lima assina um despacho indicando que, e passo a citar: “Sobre a operação urbanística sujeita a controlo prévio, encontra-se a decorrer no prazo para que o infrator proceda a apresentação do pedido de legalização”. -----

---A 31 do 10 de 2023, o mesmo Dr. Augusto Lima menciona noutra despacho sobre o pedido de título digital de exploração e título digital de instalação, que não se entende o que é pretendido. Isto é assustador, Senhor Presidente! -----

---Eu mencionei no dia 8 de novembro que a Câmara tem estado até ao dia 8 de novembro a dar informações erradas e falsas sobre um registo de uma indústria responsável do anterior proprietário daquele local. Não esta nova empresa. Não este novo proprietário! Eu dei-lhe essa informação verbalmente! Nós moradores demos-lhe essa informação. Portanto, continuando, para ser uma indústria tipo 3 tem que ter memória descritiva, incluindo a descrição dos processos de fabrico, listagem de máquinas, caracterização de

afluentes sólidos, líquidos, gasosos entre outros elementos, plantas devidamente cotadas e legendadas, demonstrativo layout, estabelecimento industrial e, por fim, um termo de responsabilidade, nos termos 3 do artigo 33º do SIR. -----

---Aquilo que é identificado aqui é a exploração dos estabelecimentos tipo 3 está sujeito às exigências legais em vigor e aplicáveis ao imóvel onde está situado. Se não existe processo urbanístico, se não está legalizado, Senhor Presidente, pergunto-lhe: Por que é que a Câmara desde o dia 7 de julho, após esta visita da GNR, ainda não indeferiu este pedido? Com *Nway* que eu lhe indiquei na reunião de moradores do dia 8 de novembro que tivemos com o Senhor Presidente. Portanto, Senhor Presidente, há aqui um conjunto de situações... 5 minutos infelizmente não me são suficientes.-----

---Fica desde já combinado que, na próxima Assembleia Municipal, trarei aqui o tema do ambiente porque ouvi falar muito em saneamento, água, ligações. Eu coloquei uma pergunta sobre o facto de não estar ligado à rede pública. Se o facto de a fiscalização não atuar. Coloquei-lhe uma série de perguntas, se o Senhor Presidente quiser eu volto-lhe a lembrar, ou coloco por escrito à Mesa da Assembleia para depois o Senhor Presidente ter oportunidade de responder por escrito, se entender. Mas é para mim deplorável ter conhecimento e ser-me indicado que isto é uma questão política. Não é uma questão política, Senhor Presidente, eu coloquei uma pergunta diretamente. Se o aviso que o Senhor Presidente de Junta me fez aqui, se eu estaria instruído pelos Senhores do PS para atuar nesta situação... é uma afirmação minha, peço desculpa, não quero ofender a idoneidade do Partido Socialista... Portanto, Senhor Presidente, a pergunta que lhe coloco é: Está legal? Está regular? Há 5 meses estamos à espera que a Câmara indefira. Isto não é uma questão política, Senhor Presidente. Isto é uma questão de dano que é causado aos moradores. Cinquenta pessoas assinaram um abaixo-assinado que lhe foi entregue e há 2 meses que estamos à espera de ações. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - De forma rápida. Isto não é um processo novo como é sabido. Agora, uma coisa que eu garanto é que o nosso Departamento Jurídico é muito competente, o nosso serviço de fiscalização também o é e o Departamento de urbanismo também o é. Portanto, casos como este, neste momento penso que no concelho até é o único. E, como sabe também, aliás, o que trouxe aqui evidencia bem isso, é que este caso tem alguma complexidade não é líquido. E é por isso... mas isso é na sua perspetiva e na sua interpretação. Depois, nós temos muitos juristas, temos fiscais e temos técnicos do urbanismo muito competentes e habilitados para o efeito. Portanto, eu não sou habilitado para tudo, nem o Senhor com certeza o é. Portanto, nós temos na Câmara Municipal... e se o processo fosse simples com certeza estava resolvido como estão resolvidos 99% dos casos. Não pode haver só um caso que exceciona. O que lhe posso garantir, é que o caso não está fechado, continua a ser desenvolvido por estes três serviços e o Departamento de Ambiente, que também está envolvido no processo, por forma a que haja aqui uma conclusão acerca do processo. E, depois, temos aqui duas dimensões, que é a natureza formal e a nossa perceção subjetiva acerca da matéria, que é uma coisa diferente. Porque, eu posso discordar até que aquela empresa deva lá estar, mas do ponto de vista formal ela pode lá estar é uma coisa diferente. E, portanto, estamos aqui e podemos... estamos aqui obviamente a discutir e refletir acerca destas duas dimensões.-----

---O que é certo, e para concluir, os processos estão a evoluir nestas três, não três, mas até quatro dimensões, que o Departamento de Ambiente também está envolvido, por forma a que se chega a uma conclusão acerca desta matéria, para o bem de todos.-----

---Aquilo que nós defendemos, como é sabido, e eu em particular, eu e os Senhores Vereadores e os demais colaboradores da Câmara Municipal, não os 2.500, mas os 1.700 colaboradores da Câmara Municipal, obviamente que trabalham muito todos os dias por

forma que tenhamos todos os nossos concidadãos com o melhor bem-estar do mundo e a melhor qualidade de vida do mundo. É isso que nós queremos. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Senhor Deputado Jorge Costa, no fim e lá fora, aqui não, se não se importa. Senhores Deputados... aqui dentro o Senhor Deputado não fala com o público, não pode. Sabe disso?! -----

---Chegaram a alguma conclusão, os Senhores líderes municipais, quanto ao dia da continuação que seja aceite pelo Senhor Presidente de Câmara, também, ou tentamos na segunda-feira terminar? -----

---Então, vamos fazer o seguinte. Na próxima segunda-feira tentamos terminar. Se vimos está a ficar incomportável porque temos 5 horas ainda de deliberação, 5 horas de deliberação do Plano e Orçamento, tentamos na segunda-feira encontrar um outro dia e fazemos a sessão extraordinária. Parece-lhes bem assim? -----

---Continuávamos esta e engatávamos a outra. Se vimos que está a ficar ingerível, que prolonga demasiadamente e penosamente a sessão, fazemos uma pausa, juntamos os Senhores líderes municipais e arranjam um outro dia para continuar o Plano e Orçamento e fazemos a extraordinária ou adiamos a extraordinária e acabamos o Plano e Orçamento. Parece-lhes bem assim? -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à uma hora e trinta e cinco minutos. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----
